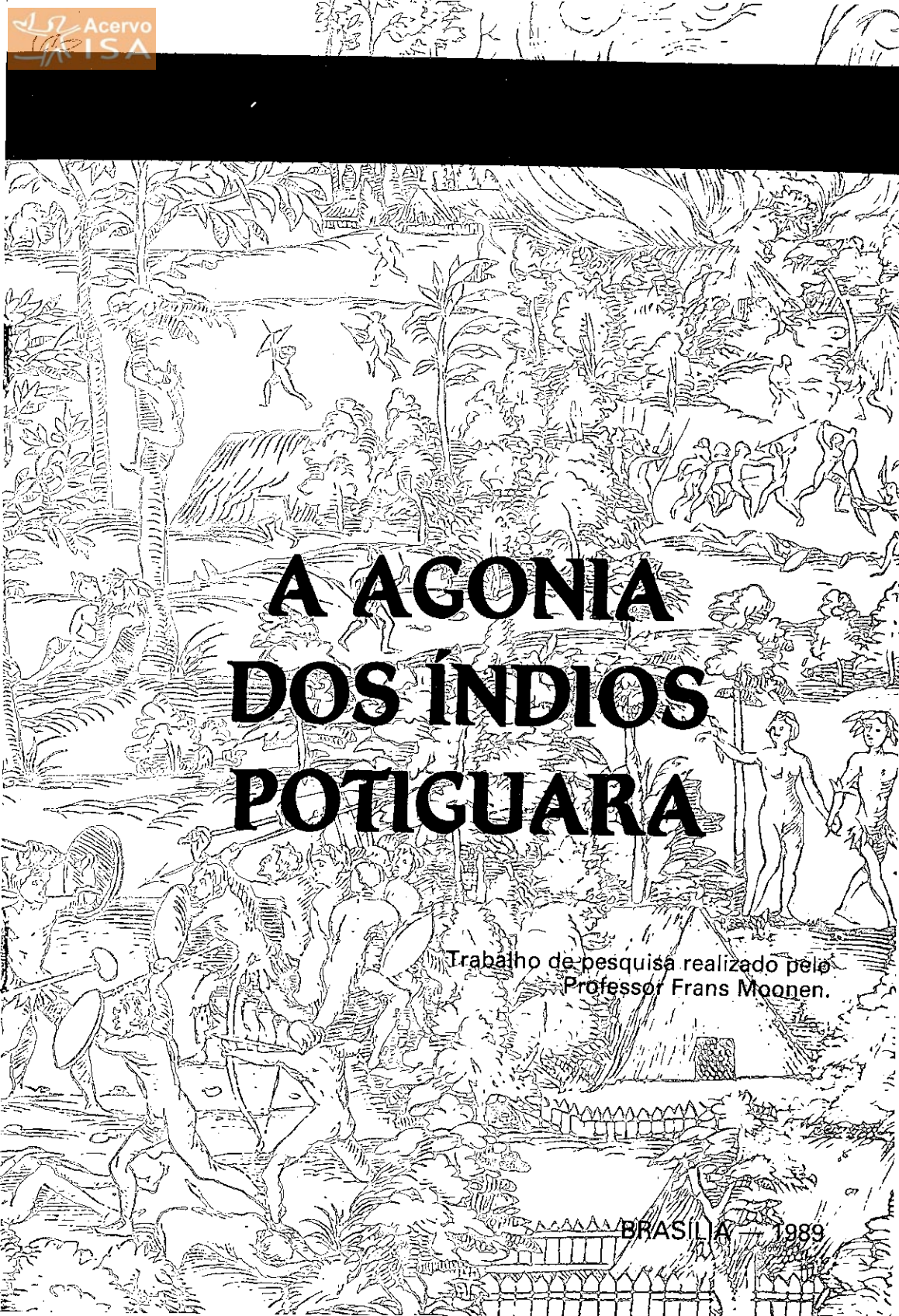
Acervo ISA



A AGONIA DOS ÍNDIOS POTIGUARA

Trabalho de pesquisa realizado pelo Professor Frans Moonen.

BRASÍLIA — 1989

Acervo ISA

C... P. I. B.
DATA
COD POD00030

A AGONIA DOS ÍNDIOS POTIGUARA DE BAÍA DA TRAIÇÃO — PB

Trabalho de pesquisa realizado pelo professor Frans Moonen.

BRASÍLIA — 1989

Acervo ISA

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
1. Os Potiguara	7
2. A conquista	10
3. Demografia Potiguara	15
4. Economia Potiguara	19
5. A invasão do território hoje	23
6. A demarcação de 1983/84	25
7. O futuro dos Potiguara	31
8. Os aliados	35
9. Palavras finais	45
Bibliografia	47
Mapas	49

Acervo ISA

APRESENTAÇÃO (*)

Não é exagero se afirmar que existe no Brasil, hoje, uma consciência de que devemos conviver bem com os nossos valores naturais. Essa constatação se evidenciou mais quando da realização dos trabalhos constituintes, através da consagração das várias propostas de defesa do meio ambiente e das nossas reservas indígenas, tão malbaratadas por esse Brasil afora.

Mais do que nunca estamos convencidos de que temos que preservar a ecologia, até como instrumento de sobrevivência e soberania nacionais. O caso da Amazônia é típico. O País está praticamente mobilizado na defesa do equilíbrio que haverá de se instaurar entre o uso e a preservação das nossas reservas naturais.

Esta seria apenas uma face do problema. E quanto às nossas reservas indígenas, afinal, se fez alguma coisa? Os incidentes e conflitos estão a acontecer todos os dias, numa evidência de que algo de mais duradouro e permanente há de ser feito.

Na Paraíba, para citar mais um exemplo de desrespeito aos nossos indígenas e aos seus direitos mais sagrados, os índios Potiguara estão em extinção. São os únicos remanescentes das nações indígenas paraibanas e suas áreas de ocupação vêm sendo reduzidas a cada ano. Os poucos mais de 34.000 hectares de terra, em São Miguel de Baía da Traição, hoje estão reduzidos a 20.000 e não há segurança de que possam os Potiguara, lamentavelmente, assegurar a sua permanência em solo que lhes pertence desde 1500, a custo de imensos sacrifícios. A cada dia, são ameaçados de instalação de mais destilarias e cresce a ocupação das terras pelo plantio desordenado e invasor da cana-de-açúcar.

Tudo é feito contra o índio. Nada a seu favor. É hora da Funai olhar para os índios Potiguara paraibanos e evitar que sejamos o segundo Estado brasileiro a não ter mais reservas indígenas. O outro é o Rio Grande do Norte. Tudo ali foi devastado em nome de interesses outros que nem sempre condizem com as verdadeiras e legítimas aspirações da Nação brasileira, que tem histórica e eticamente com os nossos silvícolas os maiores compromissos. Ninguém é contra o Progresso e a Civilização. Sabemos que as conquistas econômicas e sociais têm altos preços. Todavia, nenhum povo deve desmontar suas origens e fundamentos, sob pena de experimentar os riscos dos retrocessos inevitáveis.

(*) Discurso pronunciado na Sessão da Câmara dos Deputados no dia 6 de abril de 1989; anteriormente publicado como artigo no Jornal ***A Tribuna,*** de 12 a 18 de março de 1989.

Acervo ISA

Peço, Senhor Presidente, a transcrição do trabalho do Professor Frans Moonen, da Universidade Federal da Paraíba, sob o título "Os índios Potiguara de São Miguel de Baía da Traição: passado, presente e futuro", onde essa problemática está bem analisada e que deste meu pronunciamento se mande cópia para a Fundação Nacional do Índio.

Evaldo Gonçalves

Deputado Federal

Acervo ISA

A AGONIA DOS ÍNDIOS POTIGUARA DE BAÍA DA TRAIÇÃO – PB (*)

Frans Moonen (**)

1. OS POTIGUARA

Potiguara era a denominação dos índios que no século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luís, no Maranhão, e cujos últimos remanescentes vivem atualmente no Município de Baía da Traição, no litoral setentrional da Paraíba. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros. Não há acordo sobre o significado do nome, que geralmente é traduzido como "pescadores de camarão" ou "comedores de camarão".

É impossível calcular com exatidão a população potiguara do século XVI. No entanto, um documento de 1601 se refere a 14.000 Potiguara assistidos pelos franciscanos, somente na Paraíba. Mas muitos não eram catequisados pelos missionários e outros tantos moravam fora da Paraíba. Sabemos também que no final do século XVI, milhares de índios foram vitimados na guerra contra os portugueses e pelas doenças por eles transmitidas. Pode-se admitir então que em 1500 os Potiguara contavam com cerca de cem mil pessoas.

Os documentos são unânimes em afirmar que eles eram índios tupi. O cronista Grabiel Soares de Sousa, em 1587, informa que os Potiguara "falam a mesma língua dos Tupinambá e Caeté, têm os mesmos costumes e gentilidades". Sobre os Tupi e Tupinambá, nomes genéricos para os índios que no início do século XVI habitavam o litoral do Brasil, existem excelentes estudos de Alfred Metraux (1928, 1963) e Florestan Fernandes (1949, 1952), baseados em informações de cronistas coloniais.

Embora os trabalhos de Metraux e Fernandes não tratem especificamente dos Potiguara, apresentam uma boa reconstrução da cultura tupinambá que,

---

(*) Originalmente publicado sob o título "Os Índios Potiguara de São Miguel de Baía da Traição: passado, presente e futuro", ***Cadernos Paraibanos de Antropologia e Sociologia,*** Série Monografias 1, UFPB, 1989.

(**) Antropólogo; Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais, UFPB, Campus I, João Pessoa.

Acervo ISA

em linhas gerais e apesar das variações locais, deve ter sido também a cultura potiguara. Mesmo assim, não dão uma visão global da vida social e cultural dos tupinambá daquela época. E nem podiam, porque as informações históricas só se referem aos aspectos mais exóticos, aqueles que mais se chocavam com a cultura européia. Amplamente descritas são, por exemplo, a cultura material, a guerra, a antropofagia e a religião. Foi justamente nestes aspectos, também, que ocorreram as mudanças mais rápidas e mais drásticas. Logo aceitaram boa parte da cultura material européia. A guerra, a antropofagia e a religião foram proibidas pelos colonizadores e missionários.

Acontece, ainda, que os autores daquele tempo não eram pessoas treinadas para observar e descrever culturas alheias com a maior objetividade e exatidão possíveis, mas missionários, cronistas e viajantes, altamente etnocêntricos e preconceituosos. Muitos deles descreveram fenômenos que nunca presenciaram pessoalmente (p.ex. os rituais de canibalismo), e sobre os quais apenas ouviram falar. E não era raro se encher as lacunas com uma boa dose de fantasia.

A partir de meados do século XVII cessam por completo as informações sobre a cultura potiguara, de modo que também é impossível analisar as mudanças culturais em sua dimensão histórica.

Hoje, a quase totalidade dos Potiguara vive numa extrema probreza, em péssimas condições habitacionais e sem o mínimo conforto material. Da antiga "cultura indígena", nada sobrou. Todos, sem exceção, vivem de acordo com os padrões culturais dos habitantes rurais não-indígenas da região. Há muito tempo falam somente a língua portuguesa.

O único elemento que ainda lembrava a sua ascendência indígena era a dança do toré, que executavam às vezes em cidades próximas, para dar mais brilho a festas folclóricas ou a comemorações de datas nacionais como, por exemplo, a Semana do Índio. Nunca cheguei a ver este tipo de exibição, mas uma tentativa espontânea de dançar o toré na aldeia São Francisco, em 1975, quase resultou em briga por causa dos desentendimentos sobre o texto, o ritmo e a coreografia. Além de praticamente esquecido, o texto e a música do toré mostraram fortes influências da música popular não-indígena regional.

Posteriormente, nas Reuniões Regionais de Lideranças Indígenas, organizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aprenderam que "índio precisa ter cultura indígena", precisa exibir símbolos de indianidade. E assim o toré, agora usado como exibição pública de indianidade, passou a ser dançado por homens vestidos com saiotes de palha, enfeitados com cocar de penas de galinha e armados com algo que tem uma vaga semelhança com arco e flechas. Também não rejeitam colares e outros objetos vendidos nas lojas de Artesanato Indígena, da Funai, ou por outros índios nas Reuniões de Lideranças Indígenas. Durante o movimento para a recuperação de seu território, no início dos anos 80, a necessidade de mostrar "indianidade" levou os Potiguara a se transformar às vezes em verdadeiras caricaturas de índios,

Acervo ISA

fantasiados de "índios puros", que não fariam má figura num desfile de carnaval. Um triste espetáculo!

Nos quase cinco séculos de convivência com os brancos, os Potiguara já passaram por várias situações de contato, nem sempre felizes e que ainda não foram devidamente estudados por historiadores e antropólogos. Mas o resultado tem sido uma extrema pobreza. Os Potiguara perderam os privilégios, direitos e confortos que outrora possuíam. Foram obrigados a viver de acordo com as regras e os valores da sociedade nacional, mas ao mesmo tempo não tiveram pleno acesso a esta sociedade e à sua cultura. Perderam sua cultura — inclusive a língua e a religião — que foi substituída, na medida do possível, pela cultura regional. Tiveram acesso a apenas alguns setores desta cultura, mas não a todos e principalmente não àqueles que constituem um privilégio para a sociedade dominante.

Tiveram acesso, por exemplo, à língua portuguesa e à religião católica, à alimentação, ao vestuário, à habitação, às ferramentas, armas e utensílios, mas não na medida em que queriam. Lavram a terra ao modo regional, plantam os mesmos produtos dos camponeses não-indígenas, compram, trocam e vendem como eles e com eles, mas tudo isto é insuficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Casam no civil e no religioso, possuem título eleitoral e alguns remanescentes são até vereadores do município de Baía da Traição. As crianças freqüentam as poucas escolas de primeiro grau existentes dentro do Posto Indígena, os adultos jogam futebol e dançam ao som de músicas tipicamente nordestinas. Algumas aldeias já têm energia elétrica e água encanada. Os velhos recebem aposentadoria.

Mas estes não são aspectos essenciais e muito disto não pediram, nem queriam. Simplesmente lhes foi imposto. Aquilo que realmente queriam, e ainda querem, foi-lhes negado: suas terras, invadidas pelos habitantes regionais; sua religião, até há pouco tempo atrás, proibida pelas autoridades estaduais; participação ativa nas decisões sobre seu destino, negada pela Funai; o livre exercício de suas atividades econômicas, em parte impossibilitado pela ação dos habitantes regionais, em parte pela própria Funai; a possibilidade de receber uma educação mais completa para seus filhos, que não têm acesso às escolas de segundo grau nem às universidades; o direito de ter saúde, já que a assistência médica é mínima; o direito às decisões políticas locais, que na realidade são tomadas por não-índios e pela Funai.

O principal, no entanto, que lhes foi roubado, e continua sendo roubado, são suas terras. Outrora donos de quase todo o litoral do Nordeste, tiveram que se contentar depois com duas pequenas sesmarias na Paraíba. A sesmaria de Monte-mór lhes foi tirada no século XIX. As terras da antiga sesmaria de São Miguel de Baía da Traição, hoje Posto Indígena Potiguara, foram em 1983 reduzidas de cerca de 35.000 para pouco mais de 20.000 hectares. E mesmo este pouco que lhes resta continua sendo cobiçado pela sociedade regional.

Acervo ISA

Sem terras, sem território próprio, os Potiguara serão destinados a desaparecer. E é por isto que a questão das terras potiguara será o ponto central deste ensaio.

2. A CONQUISTA

Já no início do século XVI os Potiguara tinham contato regular com os franceses que na Baía da Traição tinham fundado um entreposto comercial onde anualmente vinte a trinta dos seus navios vinham buscar pau-brasil e algodão. Para garantir e organizar este comércio, sempre alguns franceses ficavam morando com os índios. Esta presença francesa era inaceitável para a Coroa portuguesa, porque estes produtos tinham um alto valor comercial. Para acabar definitivamente com este comércio seria necessário conquistar e povoar o território ocupado pelos Potiguara.

Vários documentos atestam, inclusive, incursões potiguara em Pernambuco. Segundo o cronista Soares de Sousa (1587): "Do redor desta ilha (de Itamaracá) entram no salgado cinco ribeiras em três das quais estão engenhos, onde se fizeram mais se não foram os Potiguara que vem correndo a terra por cima e assolando tudo". O seqüestro da filha de um cacique potiguara por um destes senhores de engenho, em 1574, foi, por sinal, o início de uma longa guerra, porque em represália os Potiguara atacaram o engenho e mataram seus habitantes. Esta guerra foi detalhadamente descrita pelo cronista do "Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba" (Anônimo 1983), como também por Frei Vicente do Salvador (1975), nos quais se baseia o relato a seguir.

Logo após o massacre dos moradores do engenho, os portugueses mandaram uma expedição punitiva, mas que não obteve êxito. Uma outra tentativa de conquistar a Paraíba fracassou em 1575. No ano de 1579, os Potiguara venceram os inimigos na barra do rio Paraíba. No primeiro encontro "foi causa lastimosa ver (os potiguara) matar mais de quarenta portugueses, em que entrou o filho do capitão e alguns espanhois nobres...". Aos portugueses da armada se juntaram outros, vindos de Pernambuco por terra. Após alguns sucessos iniciais, todos eles "fugiram à maior pressa, que o medo a cada um ensinou, por verem da banda de além junto muito gentio Potiguara... E assim ficaram eles mais soberbos e estas capitanias pior que nunca e a de Tamaracá de todo desesperada e para se despovoar".

Os portugueses pediram por isso socorro ao governador da Bahia. No entanto, este apoio só seria enviado cinco anos depois, quando chegou a Salvador um general espanhol, com sete navios que restavam de sua armada. Junto com mais dois navios portugueses partiram no início de 1584 para tentar, outra vez, a conquista da Paraíba. Por terra seguiram moradores de Pernambuco e Itamaracá, que se juntaram ao general na barra do rio Paraíba, onde iniciaram a construção de um forte, com 170 homens. Em junho do mesmo ano começaram a penetrar no interior, em busca de índios. Após

Acervo ISA

um pequeno êxito inicial, afastaram-se três léguas do forte e caíram numa cilada, "na qual foi morto o capitão e mais de 30 (portugueses) e muitos índios (aliados) e foi o desbarato tamanho e nossa desordem, que até a vista do arraial os vieram matando...". Os sobreviventes voltaram para o forte. Ao todo, o exército português era formado por 50 arcabuzeiros espanhóis, 90 homens a cavalo e mais de 140 a pé, "que era o maior exército que até aqueles tempos se juntou no Brasil". Apesar desta força, perderam e deixaram "mais de 400 índios (aliados) mortos e mais de 50 homens brancos, que foi a maior perda que estas capitanias até ora receberam...". Os portugueses fugiram com tanto medo e em tamanha desordem que, ao atravessar o rio Paraíba, ainda morreram muitos cavalos e "gentio (índios) à míngua... e tais chegaram a Pernambuco, de todo desbaratados, no mês de junho". Foi uma grande vitória para os Potiguara, que continuaram assediando o forte que, já em agosto, não dispunha mais de alimentos.

No início de 1585 os Potiguara receberam apoio dos índios Tabajara. Sabendo disto, organizaram os portugueses em Pernambuco um verdadeiro exército com mais de 500 homens brancos, além de escravos e índios aliados. Atacaram um acampamento dos Tabajara e mataram muitos. Logo depois houve um desentendimento entre os Potiguara e os Tabajara e as duas nações se separaram. O forte foi liberto do assedio dos Potiguara e os portugueses voltaram para Pernambuco.

Em julho de 1585, os Tabajara pediram aos portugueses proteção contra os Potiguara. Os colonizadores mandaram uma caravela com soldados espanhóis e portugueses, que se encontraram com os Tabajara no rio Paraíba. No local iniciaram no dia 5 de agosto, a construção de um forte de madeira, origem da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Os Potiguara preferiram evitar a luta e se retiraram.

No entanto, no final de 1585 chegaram navios franceses na Baía da Traição, o que obrigou os portugueses a enviar uma tropa. Conseguiram tomar o forte que ali existia, mataram 20 índios e afugentaram os outros. Atacaram, inclusive, "a aldeia e povoação que estava logo acima (da praia), a qual achamos toda despejada, mas com muitas farinhas feitas e favos...". Trata-se, indubitavelmente, da vila de São Miguel, que existe ainda hoje no mesmo local.

Em 1586 voltaram para a Baía da Traição sete navios franceses "com muita gente e munição, determinados a se juntarem com os Potiguara para combaterem e assolarem o forte do (rio) Paraíba". Juntos atacaram uma aldeia de índios aliados dos portugueses e mataram mais de 50 deles. Enquanto isto, os Potiguara estavam também na Serra da Copaoba (atual Serra da Raiz) cortando pau-brasil para os franceses. Os portugueses foram para lá para atacá-los. Diz o cronista que "havia nesta Copaoba cinqüenta aldeias potiguara, todas umas pegadas nas outras e à vista o seu celeiro era uma infinidade de mantimentos e algodões". Os portugueses, em número de 140, junto com 500 aliados Tabajara, atacaram a primeira aldeia, na qual mataram

Acervo ISA

muitos e prenderam 70 a 80 pessoas. Perseguiram os índios até uma outra aldeia, "na qual tudo foram corpos mortos dos inimigos e dos nossos nenhum, salvo 4 ou 5 feridos". Este fato mostra claramente que nas aldeias se encontravam apenas crianças, mulheres e velhos (o que o cronista evidentemente não diz) é que os homens guerreiros estavam ausentes, provavelmente cortando pau-brasil. Quando estes voltaram, cercaram os portugueses e os Tabajara e "assim começou de entrar um medo espantoso em todos", havendo inclusive 30 portugueses que queriam desertar. Mesmo assim, atacaram e conseguiram destruir três aldeias. Os Potiguara bateram em retirada, queimando suas próprias aldeias.

Depois de destruídas as aldeias da Copaoba, os portugueses procuraram outra vez Tejucupapo, o principal chefe dos Potiguara. Seguiu-se uma violenta batalha. Incapazes de ainda prosseguir, por causa de quase 50 feridos, não restou aos portugueses outra saída do que a retirada. No caminho de volta, na realidade uma fuga, ainda foram, várias vezes, atacados pelos Potiguara que o cronista chama "o mór (maior) e mais guerreiro e prático gentio do Brasil, tanto que só os Potiguara são muito mais do que todo o gentio que há do (rio) Paraíba e São Vicente".

Termina aí o relato do cronista português, mas não a guerra com os Potiguara. No final da década de 80, estes cercaram a cidade de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), na qual chegaram a faltar alimentos e água. A cidade só foi reconquistada em 1590, quando várias aldeias potiguara foram queimadas e cerca de 900 deles presos. Os sobreviventes se retiraram para o Rio Grande do Norte, onde os portugueses só conseguiram fincar pé em 1598, quando construíram o forte dos Reis Magos, origem da cidade de Natal. Em 1599, finalmente, após 25 anos de guerra quase ininterrupta, os Potiguara fizeram as pazes, depois de terem perdido o apoio dos franceses, derrotados em 1597, e após uma epidemia, provavelmente de varíola, ter dizimado a sua população.

Os Potiguara voltaram para a Paraíba, mas a paz duraria pouco. Em 1625 desembarcaram na Baía da Traição os holandeses, que levaram ao seu país vários Potiguara, inclusive quatro de Baía da Traição. Três deles voltaram em 1630, quando da segunda invasão holandesa.

De 1630 a 1654 o Nordeste brasileiro foi ocupado pelos holandeses e os Potiguara se tornaram seus aliados. Por causa disto foram depois duramente castigados pelos portugueses. No Rio Grande do Norte, mais de 4.000 índios fugiram para o interior de onde "às vezes desciam, em companhia de hordas que habitavam aquelas regiões, para atacar os estabelecimentos portugueses e perturbar a obra de reconstrução colonial, trazendo em constantes desordens todo o Nordeste" (Lyra 1921). Mas muitos deles também foram submetidos por outros grupos indígenas. Gonsalves de Mello (1956) informa que logo após a expulsão dos holandeses havia falta de escravos, porque "constava que algumas tribos tapuias, como os janduís e os cariris, conservavam sob seu domínio muitos negros da Guiné e grupos de índios potiguara já cristiani-

Acervo ISA

zados. Contra os cariris, que habitavam uma serra de acesso difícil, muito no interior do sertão, usou da força das armas... Dali (os soldados) regressaram trazendo os Potiguara que aqueles tapuias mantinham sob seu domínio, no total de mais de 500 pessoas, às quais (João Fernandes) Vieira (então governador da Paraíba), deu uma parte de suas terras, onde vivessem e fizessem suas plantações". E onde, com certeza, também eram aproveitados como mão-de-obra gratuita nas terras de Vieira.

Depois de um século e meio de contato colonial, pouco sobrou do outrora "maior e mais guerreiro gentio do Brasil".

Segundo Lyra (1921), "o período que se segue imediatamente à expulsão dos holandeses é um dos mais obscuros da história do Rio Grande do Norte", e o mesmo pode ser dito da Paraíba. No entanto, está fora de dúvida que milhares de Potiguara foram escravizados e massacrados pelos colonizadores. Os sobreviventes foram reunidos em aldeamentos, separados entre si, para dificultar qualquer futura resistência. A partir de então, as informações sobre os Potiguara são mais escassas, mas mesmo assim não deixam dúvida sobre sua presença na Baía da Traição, nos séculos XVII e XVIII. Documentos da primeira metade do século XVIII atestam sua presença no local, onde eram catequizados pelos carmelitas. Numa relação de aldeias da Paraíba, de 1746, constam, entre outras, as aldeias de Baía da Traiçao e Monte-mór ou Preguiça, já então separadas. Num outro documento, de 1774, consta a existência de quatro aldeamentos no litoral da Paraíba, a saber Conde e Alhandra, com índios de origem desconhecida, e Monte-mór (Preguiça) e Baía da Traição, com índios Potiguara, sendo que este último contava 265 fogos (casas) e 628 habitantes.

Novas informações só temos em meados do século XIX. Já então as terras dos aldeamentos potiguara tinham sido invadidas por não índios, o que não deve ter sido difícil, já que o número de índios era reduzido. Um relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, de 1856, que fala dos aldeamentos no Rio Grande do Norte e na Paraíba, informa que: "é na verdade mui desagradável ter de declarar que, por toda parte, e de longas datas, tem sido invadidas as terras dos índios por pessoas poderosas, por intrusos mais ou menos ousados, de boa ou de má fé, os quais todos se chamam à posse e propriedade dos terrenos que foram ocupando, sob os seguintes pretextos: — de compra aos mesmos índios ou àqueles que estavam na obrigação rigorosa de defender a respectiva propriedade; — de aforamentos que não tencionavam pagar, como de fato não têm pago; — de doações, heranças e outros títulos de transferências, e — finalmente, de prescrições de mais ou menos anos de posse" (Mello 1836).

Inconformados com esta situação, os índios reclamaram várias vezes ao Imperador providências para expulsar os invasores, evidentemente sem êxito. Consta que em 27 de dezembro de 1859 Dom Pedro II, quando de sua visita oficial à Paraíba, esteve em Mamanguape, na época uma cidade importante, perto de Baía da Traição. Segundo a tradição potiguara, foi nesta ocasião

Acervo ISA

que Dom Pedro II lhes doou a sesmaria de Baía da Traição, na realidade uma re-doação, porque a sesmaria já era deles há muito tempo. Os documentos desta doação nunca foram encontrados e devem ter sido destruídos pelos invasores das terras indígenas. Mas logo depois, em 1862, Dom Pedro II tentou resolver a questão indígena na Paraíba através do loteamento dos aldeamentos, dando-se a cada família indígena um lote em propriedade particular, e distribuindo-se as terras restantes entre a população regional não-indígena.

Do trabalho de demarcação e distribuição das terras indígenas na Paraíba foi encarregado o engenheiro Gonçalves da Justa Araujo, que inicialmente concluiu este trabalho em Conde e Alhandra. Informa então que depois disto concluiu "a medição e demarcação do perímetro da sesmaria dos índios de Monte-mór", que era de quase 29 milhões de braças quadradas, e em 5 de novembro de 1866, "a demarcação do perímetro da sesmaria dos índios de São Miguel da Baía da Traição, onde medi... uma área de 46.344.325 braças quadradas...". Só depois disto voltou a Monte-mór, onde hoje fica a cidade de Rio Tinto, onde "em 6 de novembro principiei a demarcação das posses dos índios de Monte-mór, tendo até hoje medido 150 posses para os índios...".

Os nomes dos índios que receberam lotes individuais e o tamanho destes lotes constam detalhadamente no "Mapa demonstrativo das despesas feitas com as medições e demarcações das posses distribuídas aos índios da sesmaria de Monte-mór ou Preguiça no Município de Mamanguape, a contar de 6 de novembro de 1866 a 4 de setembro de 1867". As datas são importantes, pois mostram que ele precisou de dez meses para lotear a sesmaria de Monte-mór, que com isto ficou efetivamente extinta. Mas de sesmaria de Baía da Traição, bem maior do que de Monte-mór, ele mediu e demarcou apenas o perímetro. Não há nenhum documento posterior que se refira ao loteamento dela. Justa Araujo faleceu em 1868, antes de poder fazê-lo, e como não foi nomeado outro engenheiro para concluir o serviço, a sesmaria de Baía da Traição foi a única na Paraíba que ficou propriedade coletiva da comunidade indígena (para os documentos desta época, veja Bauman, m.s.). Em pouco tempo, todos os remanescentes indígenas dos outros aldeamentos foram absolvidos pela sociedade regional. Sem terra coletiva, sem território próprio, a sua sobrevivência como índios se tornou impossível.

E assim, graças à morte de Justa Araujo, e não por causa de um movimento de resistência, apenas os Potiguara de Baía da Traição escaparam do extermínio e conseguiram sobreviver como povo indígena, com a posse coletiva de suas terras.

Quanto a Monte-mór, Amorim (1970/71) informa que os Lundgren se apossaram de suas terras por intermédio de um corretor que se estabeleceu na região como comerciante e começou a comprar lotes de famílias indígenas. Logo após os revendia aos Lundgren. Além disto, "um certo comendador Campelo... residente em Mamanguape conseguiu apoderar-se de cerca de

Acervo ISA

30 destes títulos. Para tanto mandava perseguir e prender os indígenas por motivos fúteis, visitando-os depois de encarcerados e oferecendo a liberdade em troca dos títulos de terra. Mais tarde... estes títulos foram vendidos aos Lundgren".

Um jornal de 1921 fala novamente da questão das terras do aldeamento dos índios de Monte-mór. Mas apesar de se anunciar uma "solução final", nada ficou resolvido. Num documento de 1939, o SPI informava: "que compareceram à sede deste posto os índios... do aldeamento de Monte-mór que vieram queixar-se e solicitar providências para a coação de que estão sendo vítimas por parte da Companhia de Tecidos de Rio Tinto (dos Lundgren) que ameaça expulsá-los de seu aldeamento, como o fez já a alguns mais tímidos...".

Ou seja, embora oficialmente extinto em 1868, pelo menos uma parte dos habitantes de Monte-mór conservou a sua identidade indígena e talvez até a propriedade coletiva de parte das terras. Mas os documentos indicam claramente que muitos índios venderam, ou foram obrigados a vender seus lotes.

Um decreto de 1983 (a ser tratado mais adiante) reduziu drasticamente a área potiguara, excluindo, inclusive, algumas aldeias, entre as quais Jacaré de São Domingos (ou Jacaré de Cima), perto de Rio Tinto. Em 1988 os habitantes de Jacaré, alegando serem descendentes dos índios de Monte-mór, iniciaram um movimento isolado para obter a posse de uma área de cerca de 4.500 hectares.

Tradicionalmente, Jacaré de Cima tem feito parte da área do Posto Indígena e, pelo menos nos últimos vinte anos, seus habitantes nunca fizeram uma distinção entre "nós, de Monte-mór" e "os outros, de São Miguel". Inclusive na luta de 1980 estavam unidos. Por isso, a história da sesmaria de Monte-mór, como também os verdadeiros motivos que levaram estes índios (e alguns não-índios) a iniciar este movimento, seus resultados finais e a documentação histórica em que se baseou, merecem estudos mais detalhados.

3. DEMOGRAFIA POTIGUARA

As primeiras notícias oficiais sobre os Potiguara no século XX constam em dois relatórios elaborados por funcionários do Serviço de Proteção aos índios (SPI). Destes, o mais importante é o segundo, de Dagoberto de Castro e Silva, publicado no ***Diário Oficial*** de 28 de outubro de 1925, e no qual ele cita nominalmente 422 índios, residentes em 11 aldeias. Por volta de 1930 foi instalado o primeiro posto indígena do SPI, então localizado na aldeia São Francisco, a maior, de onde em 1939 foi transferido para o Forte, perto de Baía da Traição.

A partir de então verifica-se um rápido crescimento demográfico: de 422 pessoas em 1923 passaram para 1043 em 1946, e 2.400 em 1966. Segundo cálculos da Fundação Nacional do Índio (Funai), seriam cerca de 3.000 pessoas

Acervo ISA

em 1975 e, atualmente, em 1988, sua população é estimada em 4.500 a 5.000 pessoas. Não há dúvida, portanto, que, depois de um quase extermínio, a sobrevivência física dos Potiguara, em condições normais, estaria assegurada. Poucas são, no entanto, as pessoas que ainda se consideram ou podem ser consideradas "índios puros". A quase totalidade (90%) da população é formada por mestiços, mas que nem por isso deixaram de ser índios.

Esta população indígena habita umas duas dezenas de aldeias, sendo as duas maiores São Francisco e Galego, com 398 e 322 habitantes, respectivamente, no ano de 1975.

A população potiguara seria bem maior não fosse o alto índice de mortalidade infantil, a precária assistência médica e o grande número de emigrantes.

Para ter uma impressão da mortalidade infantil em São Francisco, verifiquei o total de filhos(as) falecidos(as) de 44 casais jovens (idade da esposa até 50 anos). Juntos, estes casais tinham em 1975 um total de 177 filhos vivos, ou seja, uma média de 4 filhos por casal, enquanto o total de filhos falecidos antes de completar 5 anos de idade somava a 56, ou seja, em média 1,3 por casal. Destas 56 crianças, 47 morreram antes de completar um ano de idade. Não possuímos informações sobre a mortalidade infantil nas outras aldeias. Como causa mortis quase todos alegam diarréia e vômito, o que faz supor que em muitos casos se trata de desidratação.

Desde os primeiros dias, os recém-nascidos são alimentados com comidas fortes, como caldo de caranguejo, misturado com farinha de mandioca, que consideram um alimento mais forte e mais sadio do que o leite. Aliás, as mães que não podem amamentar seus filhos, não dispõem de outro tipo de leite, pois não há gado. Poucas pessoas costumam nutrir seus filhos com leite em pó, que é caro demais para quase todas as famílias.

A maioria dos potiguara não costuma 'desperdiçar' remédios com as crianças de tenra idade, até que estas passem a ser úteis e possam ajudar em pequenas tarefas. Em 1969 nenhum remédio foi comprado para evitar a morte do filho da professora local. Remédios dados por pessoa amiga, e que curaram o menino durante algum tempo, foram depois cortesmente recusados: "P'ra que gastar tanto. Não precisa. O menino fica bom por si mesmo ou morre". E morreu de fato. Em outro caso, um menino de 5 anos foi deixado à sua própria sorte. Havia várias alusões, por parte dos adultos e de outras crianças, de que ele ia morrer dentro de pouco tempo, "porque já está comendo barro". Nenhum apelo foi feito ao enfermeiro local, não foram comprados os remédios apropriados, nem foram pedidos remédios ao antropólogo presente, como fizeram vários adultos para curar doenças menos graves. Enquanto isto, os adultos, em caso de doenças ou feridas, mesmo leves, logo lançam mão de remédios, comprados ou dados pelo enfermeiro local.

Não é preciso ser médico para perceber logo o precário estado de saúde dos potiguara. Mais de 400 anos de contato com a sociedade nacional já tornaram os remanescentes imunes às doenças trazidas pelos europeus, como

Acervo ISA

a tuberculose, a gripe e o sarampo, que têm sobre eles os mesmos efeitos como sobre a população não-indígena da região. Isto não quer dizer que estas doenças estejam ausentes. Apenas que não dão mais origem à dizimação ou à extinção do grupo, como ainda acontece em outras regiões do Brasil. Hoje, as doenças mais graves talvez sejam as verminosas e a sífilis.

Uma pesquisa realizada por médicos da Universidade Federal da Paraíba, entre cem crianças da aldeia São Francisco, de 1 a 15 anos, revelou a presença das seguintes verminoses: 88 crianças com ascaris lombricóides, 65 com trichocephalus triciuris, 81 com ancylostomide sp. e 9 com strongoloides stercoralis. Ou seja, uma média de três verminoses por criança, proporção esta provavelmente também válida para os adultos.

Para este alto grau de verminoses contribuem as péssimas condições higiênicas e sanitárias. Principalmente as crianças costumam andar descalças. Os adultos possuem em geral pelo menos um par de sandálias, que usam constantemente. Não possuindo água encanada (que só foi instalada em 1988) e devido à dificuldade de abastecer as casas com água do riacho, principalmente para aqueles que moram na parte alta da aldeia, as condições higiênicas eram mais do que precárias. Além disto, a água dos riachos está contaminada. A água de beber era tirada em potes de barro, logo cedo de manhã, pois acreditavam ser esta a melhor hora para tirar água limpa. Logo após, começavam os banhos pessoais e, no decorrer do dia, a lavagem da louça, os banhos dos animais e outra vez os banhos pessoais. Principalmente no inverno (época das chuvas), a água era poluída ainda por dejetos humanos, já que não existiam privadas, tipo fossa seca.

A sífilis, doença desconhecida entre os índios antes de 1500, deve ter sido introduzida entre os potiguara já quando dos seus primeiros contatos com franceses e portugueses, no século XVI. Embora a prostituição propriamente dita não exista em São Francisco, há casas para este fim em Baía da Traição, freqüentadas também pelos potiguara. Também não são raras as relações extraconjugais, de modo que a doença tem um campo fértil de proliferação, mais ainda devido às precárias condições higiênicas e sanitárias, acima descritas. Sete pessoas adultas, escolhidas e examinadas pelos médicos da UFPB, eram portadoras do mais alto grau de sífilis. As pessoas que não têm alguma doença venérea devem ser raras.

Tão precária quanto a saúde potiguara, é a assistência médica dada pela Funai, que mantém enfermeiros nos postos médicos do Forte de São Francisco. Estes postos dispõem de muito espaço físico, com amplas salas, mas quase nenhum material e medicamentos. Os remédios são apenas para os casos comuns e predominam antibióticos fornecidos pela Ceme, como por sinal todos os remédios dados pela Funai. Os únicos remédios em abundância são aqueles que quase nunca são usados: colírios, nebulizadores, etc. Em 1988, o posto médico de São Francisco estava já há alguns meses sem telhado e ameaçado de ruir.

Acervo ISA

Durante algum tempo, muitas "amostras grátis" eram fornecidas, em São Francisco, por uma Igreja Protestante, atuante no local. Esta "caridade cristã" terminou definitivamente quando o enfermeiro local se recusou a assinar uma petição à Funai, para a construção de uma igreja protestante em São Francisco. Talvez seja até melhor assim, porque quase todos estes remédios estavam com data vencida e muitos exigiam prescrição médica. Havia, inclusive, remédios usados em tratamento psiquiátrico.

A Funai mantém convênio com algumas instituições governamentais (Funrural, Fusep, etc.), mas não dispõe de transporte apropriado para levar os doentes até os hospitais. A assistência dada pelos enfermeiros da Funai depende da quantidade de medicamentos presentes no momento. Em São Francisco é comum faltar até o material básico para fazer curativos, ou álcool, para esterilizar seringas.

Outro fator que influencia a estrutura demográfica potiguara é a migração. De São Francisco, em 1975 com 398 habitantes, emigraram nos últimos anos 63 pessoas; do Galego, com 322 habitantes, saíram 42. Foram computados apenas parentes de atuais residentes das aldeias. É possível que tenham emigrado famílias inteiras, atualmente sem parentes nas duas aldeias citadas. Foram excluídos ainda os remanescentes que se mudaram para a Baía da Traição já que esta, na época, ficava dentro do Posto Indígena. O número real de emigrações era, portanto, com certeza superior aos números citados acima.

Ninguém emigra sem motivo, conscientes ou não. No caso potiguara, o motivo principal é a precária situação no Posto Indígena que não permite a ninguém melhorar de vida (a não ser explorando indevidamente as terras e a mão-de-obra indígenas, como fazem atualmente os "índios-empresários", dos quais falaremos mais adiante). De 1969 a 1980 tenho visitado regularmente o Posto Indígena e posso afirmar que a situação dos potiguara piora a cada dia. Muitos consideram a situação insustentável e emigram, para terminar, por exemplo, na Rua João Telles de Menezes, no Rio de Janeiro, por onde já passaram e onde ainda residem muitos potiguara, pagando caro para um quarto num beco sem saída, sem ventilação, sem as necessárias instalações sanitárias e habitado, às vezes, por mais de seis pessoas.

A emigração não se faz ao acaso. É raro alguém emigrar sem conhecer algum parente ou amigo no lugar escolhido para iniciar uma nova vida. Geralmente são estes parentes e amigos que fazem a devida propaganda quando (bem vestidos, relógio no pulso, dinheiro no bolso, sapato lustroso, talvez usando óculos escuros, carregando rádio de pilha e falando 'diferente') estão de visita às aldeias de origem. E não faltam as histórias fantásticas, como a de um potiguara, fotógrafo de rua no Rio de Janeiro, que afirmava ganhar, com pouco esforço, uma quantia cerca de quatro vezes superior aos vencimentos de um professor universitário titular e com dedicação exclusiva.

Entre as cidades preferidas pelos emigrantes, deve ser mencionado o Rio de Janeiro. Dos 63 emigrantes de São Francisco, 28 foram para o Rio de Janeiro e 16 para João Pessoa. Dos 42 do Galego, 24 seguiram para

Acervo ISA

o Rio de Janeiro e apenas 6 para João Pessoa. Só alguns poucos tentam a sorte em São Paulo.

O alto índice de migração é, ao mesmo tempo, um índice do mal-estar potiguara e da ineficiência da Funai. Freiar este movimento migratório só será possível criando-se melhores condições de vida dentro do Posto Indígena, algo que o SPI e a Funai até hoje não conseguiram, antes pelo contrário.

Vimos, portanto, que apesar de tudo, os potiguara conseguiram se recuperar demograficamente neste século XX. Mais adiante, no entanto, veremos que uma séria ameaça paira sobre os potiguara, a saber a perda total do seu território num prazo relativamente curto, talvez até ainda antes do final do século. E sem terras coletivas, sem território, no máximo talvez com um pequeno lote em propriedade particular, rapidamente perderão a sua identidade indígena e serão absorvidos pela sociedade regional. Existem várias maneiras de se exterminar índios, e uma delas é tirar-lhes suas terras.

4. ECONOMIA POTIGUARA

Os documentos históricos informam que os antigos potiguara tinham uma agricultura bastante desenvolvida. O principal produto era a mandioca, seguindo-se o milho, a batata, o feijão, o jerimum, o amendoim. Ao que tudo indica, alimentos não faltavam. Além disto plantavam algodão e fumo.

Hoje, sua agricultura já não é mais tão diversificada, embora as técnicas agrícolas continuem quase as mesmas. Cultivam dois tipos de solo: o arisco e o paul. No arisco, terras secas no tabuleiro, praticam a chamada "coivara", que começa com o desmatamento e a limpeza do terreno. Inicialmente cortam no local escolhido a madeira apropriada para a construção das casas e para fazer carvão. Depois queimam a vegetação restante. No meio dos troncos queimados fazem uma limpeza complementar e plantam a mandioca, o milho e o feijão. A maior parte da roça é destinada à mandioca, que é plantada em dezembro/janeiro e outra vez em setembro. Em janeiro plantam o feijão; em março o milho. Após uma safra, no máximo duas, a roça é abandonada e o processo se repete em outro local.

No paul, terras úmidas nas várzeas dos riachos que cortam a área, plantam apenas uma vez por ano, no início do verão, a partir de setembro/outubro. No inverno, época de chuvas, as terras são demasiadamente molhadas. Também no paul plantam mandioca, milho e feijão, além de bananeiras. Trata-se de terras mais férteis que são cultivadas durante anos, até o solo ser esgotado. No entanto, há anos em que o paul não seca o bastante, impossibilitando total ou parcialmente a sua utilização.

A mandioca precisa de oito meses para amadurecer, o feijão e milho apenas três. São utilizadas apenas duas ferramentas: a foice para o desmatamento e a enxada para a limpeza e o plantio. O trabalho inicial cabe aos homens. Na fase de plantio e da colheita são eventualmente assistidos pelas mulheres.

Acervo ISA

Não sabemos o tamanho das roças antigas, mas nenhum documento informa que os potiguara passavam fome. Plantavam, portanto, o suficiente para a sua alimentação e talvez até uns excedentes para trocar com outras tribos ou negociar com os brancos.

Em 1975, a situação era bem diferente. A área cultivada por cada família era pequena, algo em torno de um a dois hectares, o que era insuficiente para alimentar uma família e produzir excedentes para vender. E produzir excedentes é hoje uma necessidade, já que, com exceção dos produtos da roça, precisam comprar praticamente tudo: carne, peixe, remédios, vestuário, ferramentas, etc.

A produção agrícola era pequena por vários motivos. Em primeiro lugar há a má qualidade das terras do tabuleiro, que constituem a quase totalidade da área indígena. Em 1923, José Américo de Almeida classificou este tabuleiro como "o trecho mais ingrato de todo o território paraibano", e "zona agrícola inteiramente desvalorizada, nos tempos que correm". Um problema adicional era a presença de formigas de roça. Poucos remanescentes dispunham de dinheiro para a aquisição de formicida. Pelo mesmo motivo também não eram utilizados adubos.

Mas os tempos mudaram e a partir de 1980, como ainda veremos, a área sempre mais passou a ser ocupada por plantações de cana-de-açúcar, que diminuíram ainda mais a área disponível para o plantio de produtos alimentícios.

Para completar a renda familiar, precisavam recorrer a outras fontes. A possibilidade de vender a própria força de trabalho, tão comum em outras tribos indígenas, em 1975 era mínima. De vez em quando alguém conseguia um emprego nas construções de casas de veraneio em Baía da Traição, mas eram poucos. Hoje, grande parte da população masculina trabalha como operário nas atividades canavieiras.

Restava como último recurso a extração de madeira, que já então sempre mais se tornava difícil, em parte porque a Funai proibia a devastação das matas, em parte devido ao desaparecimento das matas antigas. Já vimos que no século XVI os potiguara comercializavam pau-brasil com os franceses. Mas esta atividade há muito tempo acabou. Hoje são poucas as madeiras de lei existentes na reserva indígena e encomendas das mesmas são raras.

Mais freqüentes eram as encomendas, por pessoas de Baía da Traição ou de outras cidades, de caibros e ripas para a construção de casas, ou de varas para cercados. As encomendas eram feitas a uma só pessoa, mas como geralmente eram grandes, o suficiente para carregar um caminhão, a pessoa solicitava a colaboração de outros homens. Cada um trabalhava individualmente e recebia depois a sua parte do dinheiro. Embora irregular, em 1975 a extração de madeira constituía ainda uma razoável fonte de renda suplementar para os potiguara. Sem ela, as privações teriam sido maiores ainda.

Hoje, por causa da cana-de-açúcar, já se torna difícil encontrar até a madeira apropriada para a construção de suas casas de taipa.

Acervo ISA

Os antigos potiguara já praticavam a coleta de frutas, como o caju e a mangaba, utilizadas na fabricação de bebidas fermentadas. Do caju aproveitavam ainda a castanha. Em 1975 a coleta da mangaba ainda era praticada, mas agora para fins econômicos.

No lugar das matas devastadas surgiram muitas mangabeiras, espalhadas pelos tabuleiros. Obra da própria natureza, não tinham donos. Na época da safra (de abril a novembro) forneciam a muitos índios uma fonte de renda complementar. A fruta era apanhada principalmente pelos velhos e pelas mulheres e crianças maiores e vendida aos regionais.

Depois de 1975, a mangaba passou a ser comprada pela fábrica Maguary, do Recife, que enviava seu caminhão em dias previamente marcados. Apesar da exploração econômica (porque os preços pagos pelo produto eram ridiculamente baixos) ninguém reclamava. Ao contrário, anteriormente as frutas simplesmente apodreciam, pois não eram usadas para consumo próprio. E os potiguara não tinham meios para comercializar a mangaba com maiores lucros, principalmente no mercado recifense ou em outras cidades onde existe procura do produto, utilizando em sucos e sorvetes.

Desde 1980, com o avanço da cana-de-açúcar, as mangabeiras estão desaparecendo, e com elas esta importante fonte de renda complementar.

Como os antepassados, os potiguara ainda plantam outras fruteiras, em especial bananeiras e coqueiros, que são de propriedade individual e pertencem a quem as plantou ou as adquiriu através de compra ou herança. Em 1975 existiam na aldeia São Francisco cerca de 1.700 coqueiros e no Galego mais de 5.000. Mas infelizmente, ainda hoje há vários problemas. Em primeiro lugar há o eterno problema da falta de transportes e, conseqüentemente, de mercados consumidores. No mínimo, os cocos e as bananas devem ser transportadas até as feiras nas cidades de Baía da Traição ou Rio Tinto, utilizando-se animais de carga, mas o que é impraticável para as aldeias mais distantes. Alugar um transporte motorizado é quase sempre economicamente inviável. Em segundo lugar há a instabilidade dos preços, que oscilam de acordo com as leis econômicas e a boa ou má vontade dos intermediários. Da mesma forma como a agricultura, também a fruticultura não oferece nenhuma segurança econômica ao camponês, seja ele índio ou não.

Os documentos históricos informam que os índios tupi também se dedicavam à pesca, com linha (feita de tucum) e anzol (de osso, madeira ou espinha de peixe), com pequenas redes (puçá), arco e flecha, e arpão. Utilizavam canoas e, ao que parece, também jangadas. Pescavam nos rios e no mar, mas tudo indica que nunca se afastavam muito do litoral e que a pesca era mais na beira-mar.

Seja como for, hoje os potiguara não praticam mais a pesca como atividade econômica. Contrário às afirmações do antropólogo Amorim (1970/71), os potiguara não são pescadores marítimos. O campesinato pesqueiro potiguara, tão detalhadamente descrito em sua tese de mestrado, na realidade não existe. Trata-se de uma atividade quase que exclusiva de não-índios, residentes em

Acervo ISA

Baía da Traição, que utilizam alguns poucos remanescentes como mão-de-obra. Em 1975, um censo iniciado nesta cidade (mas não concluído por falta de tempo) mostrou que de 162 homens adultos, 50 eram pescadores e destes apenas 12 eram remanescentes potiguara. Em São Francisco não havia nenhum pescador, na aldeia Galego apenas um pescador potiguara e quatro pescadores não-indígenas, e no Forte, na beira-mar, apenas um único pescador não-indígena. As outras aldeias ficam mais afastadas do litoral e nelas com certeza não se pratica a pesca marítima.

Acrescenta-se a isto ainda que quase todo o litoral da atual reserva indígena é constituído por falésias, que impossibilitam a formação de aldeias pesqueiras. A única área que presta para esta atividade é a Baía da Traição, justamente a área há séculos ocupada por não-índios e que em 1983 foi desmembrada do território potiguara. Embora, em teoria, o mar é "terra de ninguém", e por isso "terra de todos", na prática pertence aos não-indígenas, já que cortaram aos potiguara todo o acesso ao mar.

Não tenho informações sobre uma eventual pesca fluvial nos rios Camaratuba e Mamanguape, que constituem os limites da reserva indígena. Mas os potiguara não fabricam mais canoas (e menos ainda jangadas, se é que algum dia o fizeram) e só uns poucos pescam com linha e anzol, mais como esporte do que como atividade econômica. Nos mangues dos rios só os mais pobres apanham caranguejos, para consumo próprio e venda a terceiros.

A área indígena não possui boas pastagens. Mesmo que seus habitantes tivessem dinheiro para comprar algumas cabeças de gado, não teriam muitas possibilidades de criá-las adequadamente.

Tradicionalmente, porcos, cabras e galinhas têm sido, no Nordeste, a riqueza do pobre, seu seguro para os dias difíceis, sua "caderneta de poupança" nas épocas de abastança, sua alegria nos dias de festa. Mesmo nos centros urbanos são uma presença constante nos bairros menos privilegiados. Não poderiam faltar também entre os potiguara. Mas, embora sendo de fácil criação e de aquisição relativamente barata, somente 20 famílias de São Francisco e 6 do Galego possuíam em 1975 um ou mais porcos. Menor ainda era o número daquelas que criavam cabras. Galinhas são de fácil criação, mas igualmente de fácil desaparecimento. Nem sempre é o dono que tem primeiro a idéia de comê-las. Devido aos freqüentes roubos, muitos simplesmente desistiam da criação de galinhas, para evitar problemas dentro do grupo. Mesmo estas "riquezas do pobre" faltam, portanto, em muitas casas potiguara, agravando ainda mais a já precária situação econômica.

Por tradição, os potiguara eram, portanto, agricultores, pelo menos até 1975. Se eram bons ou maus agricultores, se aproveitavam ou não todas as possibilidades que a terra lhes oferecia, se trabalhavam o bastante, já são outras questões. Não resta dúvida que até há pouco tempo dispunham de uma área razoavelmente grande, que nem toda era aproveitada. Mas há várias explicações para esta aparente "preguiça": a péssima qualidade das terras, a falta de recursos materiais e financeiros, a falta de assistência por

Acervo ISA

parte dos órgãos governamentais, a impossibilidade de obter financiamentos bancários pelo fato de as terras serem de posse coletiva e propriedade da União, o isolamento e a distância dos centros consumidores, além de outras mais.

No entanto, mesmo se todos estes problemas fossem resolvidos, provavelmente de nada mais adiantariam, porque hoje uma ameaça muito mais séria paira sobre os potiguara, a saber a perda total de seu território, e com isto a perda também de suas terras, necessárias para a sua sobrevivência, como seres humanos, e como Nação Indígena.

5. A INVASÃO DO TERRITÓRIO HOJE

As últimas notícias do século XIX sobre as terras potiguara se referem à medição do perímetro de sua antiga sesmaria em Baía da Traição pelo engenheiro Justa Araujo. Mas já então a reserva indígena estava invadida por inúmeros representantes da sociedade regional.

Também o extinto SPI e seu sucessor, a atual Funai, não conseguiram resolver a questão territorial. Um documento do SPI de 1944 informa que os índios "possuem uma grande área de terra da qual tiram os meios de sua subsistência. A principal atividade por eles empregada é a agricultura. Acontece, porém, que os ambiciosos e os inimigos dos índios dia a dia procuram restringir o campo de ação dos nossos caboclos, apropriando-se indebitamente deste único patrimônio de que eles são legítimos e incontestáveis herdeiros... (A área mede quatro léguas quadradas), entretanto, eles não têm o direito de cultivar nem duas terças destas terras. Há dentro delas diversos senhores que exibindo escrituras graciosas e outros papeluchos ridículos se dizem possuidores das terras, não permitindo nem sequer que o índio faça uso da caçada". Segue depois uma relação nominal dos invasores (citados em Bauman m.s. e em Amorim 1970/71).

Nos anos seguintes, os conflitos entre potiguara e invasores são constantemente mencionados nos documentos do SPI e em muitos deles os invasores são citados nominalmente. Os documentos atestam também a antiguidade do problema. Um relatório de 1966, por exemplo, informa que praticamente todos os invasores já nasceram nas terras por eles ocupadas, ou tinham a posse das mesmas há 50, 60, 70 ou até 80 anos (Amorim 1970/71). Desnecessário dizer que o SPI não conseguiu resolver a complexa questão territorial potiguara. Antes, pelo contrário, no decorrer dos anos, esta se agravou ainda mais. Em 1975, os invasores das terras potiguara podiam ser classificados nas seguintes categorias:

a) Arrendatários: apesar de ser proibido pelo Estatuto do Índio, a legislação indigenista em vigor, existem terras arrendadas a não-índios pela própria Funai. Segundo um documento do SPI de 1964, eram "56 moradores com as terras arrendadas, variando a metragem de 1 a 4 hectares". Não consegui saber seu número exato em 1975, porque são dados que a Funai evidentemente

Acervo ISA

prefere ocultar. São estes os pequenos invasores, com os quais conflitos são raros. Muitos não se distinguem em nada dos próprios potiguara. Todos são igualmente pobres, têm os mesmos hábitos, e muitos são casados com potiguara ou têm compadres e comadres indígenas.

b) Fazendeiros: pior é a invasão por grandes posseiros, muitas vezes fazendeiros vizinhos que ocupam também parte da área indígena, e que se recusam a pagar a taxa de ocupação. O já citado documento informa: "Existem também invasores das terras da Reserva Indígena que se dizem Senhores de Prestígio e que não pagam arrendamento ao Posto, vindo este mal de tempos atrás. São alguns destes Senhores de Prestígio os seguintes: Cel. Farias, da Polícia Militar de João Pessoa, que inclusive assenhoreou-se de uma casa do SPI onde instalou um dos seus asseclas. Padre José Bessa, com grande extensão de terras sem, no entanto, pagar arrendamento". Outros nomes são citados. Dois anos depois, o encarregado do Posto enviou uma relação mais ampla, na qual constam os nomes de 27 grandes invasores da área indígena (Amorim 1970/71). Desde então, seu número só tem aumentado.

c) A Companhia de Tecidos Rio Tinto: a estes invasores "tradicionais" veio se juntar, no início do século XX, à Companhia de Tecidos Rio Tinto, de propriedade da poderosa família Lundgren, conhecida no Brasil inteiro através da cadeia de lojas "Casas Pernambucanas". Em pouco tempo a companhia apoderou-se das terras do extinto aldeamento de Monte-mór, hoje cidade de Rio Tinto. Desde sua fundação, em 1924, a Companhia tem invadido enormes extensões da área indígena de Baía da Traição, principalmente para cortar madeira de lei para a construção da fábrica, e de lenha para alimentar suas máquinas, utilizando inclusive índios como mão-de-obra. Inicialmente, as relações com a companhia parecem ter sido boas. Segundo Amorim (1970/71): "Embora o corte sistemático e intensivo de madeira provocasse a longo prazo uma situação altamente danosa à subsistência indígena, pela extinção da caça, e pelo prejuízo à proteção das nascentes d'água, a tarefa proporcionava aos potiguara a obtenção imediata de dinheiro, livre da espera e dos riscos característicos da agricultura. Trabalhar para a Companhia Rio Tinto, ou manter qualquer relação com ela, implicava receber ao fim de cada jornada o dinheiro correspondente à mesma... A empresa surgiu para os potiguara como uma organização que lhes trazia benefícios e a quem não convinha contrariar. Por esse motivo, embora fosse também ela uma invasora do território tribal... jamais os índios se rebelaram contra ela".

Também o SPI e posteriormente a Funai nunca conseguiram acabar com os abusos cometidos pela Companhia. No entanto, a modernização da fábrica, e a conseqüente dispensa da mão-de-obra indígena, fizeram piorar as relações. Pelo menos desde a década de 60, notícias sobre conflitos entre os índios e a Companhia têm sido freqüentes. Em outubro de 1983 um destes conflitos resultou no assassinato de um funcionário da Companhia, quando este ameaçava um grupo de índios que estavam cortando lenha na área.

Acervo ISA

d) A cidade de Baía da Traição, sede do município homônimo, situada à beira-mar e ocupada por alguns milhares de habitantes, em parte permanentes, em parte veranistas sazonais. Tradicionalmente, as relações entre os habitantes e os índios têm sido pacíficas, já desde o início do século XVI, pois trata-se de terras sem valor para a economia potiguara. Ao contrário, dependem diariamente dos pescadores para a obtenção de peixes, mais baratos do que carne verde, escassa e de difícil obtenção nas aldeias.

No entanto, no início da década de 70, o prefeito do município resolveu transformar a cidade numa estância de veraneio. Veranistas e banhistas ocasionais, sempre existiram. Mas agora a exploração turística começou em escala maior. Inicialmente, o prefeito doou a pessoas ricas e influentes de cidades próximas, terrenos à beira-mar altamente valorizados. Embora se tratasse de uma doação ilegal, por serem terras indígenas, e, portanto, pertencentes à União e não ao município, iniciou-se logo a construção de dezenas de casas de veraneio, tornando assim a doação um fato consumado e irreversível.

e) A Agicam e os plantadores de cana. A crise energética mundial, na década de 70, teve como uma de suas vítimas os índios potiguara. Em fins de 1975, o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), visando a obtenção de fontes alternativas de energia. Imediatamente a Agroindústria Camaratuba (Agicam), pertencente a um poderoso grupo econômico regional, iniciou a construção de uma destilaria de álcool na margem do rio Camaratuba, exatamente dentro da área indígena. Tudo foi feito com a aprovação da Funai que reprimia qualquer reação potiguara.

A partir de então, mais de uma dezena de plantadores de cana-de-açúcar invadiu o território potiguara para produzir a matéria-prima para a destilaria, também eles com o apoio da Funai e com altos financiamentos pelo Banco do Brasil. Os conflitos entre os potiguara e os novos invasores têm sido constantes, e se agravaram principalmente a partir de 1980, tornando necessária a intervenção governamental e a demarcação da área indígena.

6. A DEMARCAÇÃO DE 1983/84

No final de 1980 surgiu o primeiro conflito mais grave, quando um grupo de índios destruiu uma casa e incendiou um canavial. Os plantadores de cana imediatamente se dirigiram ao governador do Estado, solicitando providências urgentes. Só então, sob pressão do poder econômico, a Funai e o Governo Federal começaram a pensar seriamente numa solução para a questão territorial potiguara. Uma solução que, naturalmente, não deveria contrariar os interesses dos invasores das terras indígenas.

Para acalmar os índios, o governo estadual elaborou às pressas um projeto integrado que prometia os mais variados benefícios. Foram tantas as promessas, que os potiguara desconfiaram de tamanha bondade e boicotaram a execução do projeto, exigindo antes a demarcação de suas terras (sobre este projeto, veja Moonen 1982).

Acervo ISA

Já que a Funai e o Governo Federal, como sempre, alegavam falta de recursos financeiros, os potiguara resolveram fazer a demarcação por conta própria. E assim, nos anos 1981/82, utilizaram sua própria força de trabalho para demarcar uma área de 34.300 hectares, apoiados por recursos financeiros recebidos de uma organização de apoio ao índio do sul, que por sua vez era financiada por organizações estrangeiras. Da Funai receberam a promessa que a demarcação seria por ela homologada, já que a mesma se baseava num mapa e num memorial descritivo do antigo SPI, publicado no ***Diário Oficial*** da Paraíba, em 5 de maio de 1976, e no qual constam exatamente os limites geográficos da área indígena.

Enquanto isto, sem aguardar os resultados do projeto, a Funai, em fevereiro de 1981, encarregou a historiadora Th. Baumann da realização de uma pesquisa sobre a questão territorial potiguara. Os documentos mostram que já então a questão das terras indígenas escapava da competência exclusiva da Funai e que havia a interferência de terceiros, inclusive do SNI (Serviço Nacional de Informações), e do Departamento de Polícia Federal que acompanhavam de perto os acontecimentos na Baía da Traição. Em ofício de 15-6-81, a III Delegacia Regional da Funai informa que: "Todo o trabalho desta DR foi acompanhado inicialmente pelo DPF/PB e posteriormente pela Agência do SNI em Pernambuco... todas as decisões relativas à área em questão, estão partindo de um consenso entre Funai/SNI/Prodecor e a Agência Central do SNI dispõe de todas as informações com referência aos trabalhos desenvolvidos na região".

O ***Relatório Baumann*** é entregue poucos meses depois. E é baseado neste estudo histórico, mas deturpando por completo os dados, que um alto funcionário da Funai tenta provar que os potiguara já não existem mais e que, portanto, as terras por eles ocupadas são de domínio público.

Felizmente, seu parecer não é aceito pelo Procurador-Geral da Funai, Afonso de Morais, segundo o qual: "Discutir-se a origem dos potiguara, pôr-se em dúvida a sua identidade indígena, enfim, a sua condição de índios, parece-me de todo inaceitável. A identidade dos índios potiguara, a sua continuidade histórica que emergem cristalinas dos próprios documentos que instruem este processo, não exigem grandes conhecimentos de antropologia, para ter-se a certeza e a convicção de que estamos diante de índios, a pugnarem pelos seus direitos, a lutarem pela terra que, ao longo do tempo, lhes vêm sendo usurpadas... Não podemos aceitar, em nenhuma hipótese, a afirmativa segundo a qual "inexistem, assim, na Paraíba, seja onde for, terras indígenas" "...As terras ocupadas ou habitadas pelos índios potiguara, no Estado da Paraíba, são terras indígenas...".

O Procurador propõe então a constituição de um Grupo de Trabalho, para elaborar uma solução definitiva para o problema da área potiguara, e principalmente para o problema da Baía da Traição que "é hoje um município, uma cidade com milhares de habitantes. Evacuar-se a cidade, para devolvê-la aos índios, e transformá-la numa aldeia ou num Posto Indígena,

Acervo ISA

seria um contra-senso, um absurdo. Solução inadmissível. Há uma situação de fato, um fato consumado, diante do qual temos de nos curvar e aceitá-lo. A Funai há de encontrar uma fórmula conciliatória...".

Não consta que este Grupo de Trabalho tenha sido criado. Em dezembro de 1981, o presidente da Funai determina ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) que apresente proposta de delimitação da área potiguara, o que é feito no ano seguinte. Propõe-se então que seja criada a Área Indígena potiguara, "de conformidade com a planta e memorial descritivo de delimitação anexos, que correspondem à planta de reconhecimento e delimitação da área reivindicada pelo grupo potiguara, executada pelo Chefe do Posto Indígena, Cícero Cavalcanti de Albuquerque, em 1965, e confirmada ao Senhor Presidente da Funai em dezembro de 1981, por ocasião de sua visita ao local". O Memorial Descritivo acima referido, estabelece os seguintes limites:

> *"Norte:* partindo do marco denominado da Balança, segue por uma linha seca, na distância aproximada de 8,32km, passando pelo marco denominado Carajana até o marco denominado de Jardim de Taiepe; daí segue por outra linha seca na distância aproximada de 4,7km, passando pelos marcos denominados de Itaúna, até o marco denominado de Encantados; daí segue por outra linha seca, na distância aproximada de 5,8km até o marco denominado Suzana, às margens do rio Camaratuba; daí segue pela margem direita do referido rio até a sua foz com o oceano Atlântico.
>
> ***Leste:*** da foz do rio Camaratuba com o oceano Atlântico segue pelo litoral até a foz do rio Mamanguape com o oceano Atlântico.
>
> ***Sul:*** da foz do rio Mamanguape com o oceano Atlântico segue pela margem esquerda do referido rio até o marco denominado Brejinho.
>
> ***Oeste:*** do marco denominado Brejinho segue uma linha reta e seca na distância de 21,3km, passando pelo marco denominado de Balança.
>
> Área aproximada 57.600ha. Perímetro de 89,5km."

O mapa acima referido foi depois redesenhado e datado de 24 de março de 1982 e traz várias assinaturas, inclusive a do coordenador do DGPI. Neste mapa, o contorno corresponde ao memorial descritivo, porém a área aproximada é agora calculada em 34.320 hectares e o perímetro em 74 quilômetros. Este memorial não é novo, mas consta já em documentos do SPI de 1957 e 1963. Já foi, inclusive, publico no ***Diário Oficial*** da Paraíba, em 5 de maio de 1976, e transcrito também num convênio para a demarcação da área, entre a Funai e a Universidade Federal da Paraíba, em 1979.

Era esta a área reivindicada pelos potiguara e que eles mesmos demarcaram em 1981/82, com a aprovação da Funai, que prometeu que logo depois, esta demarcação seria por ela homologada. E alguns documentos da Funai

Acervo ISA

daquela época fazem acreditar que ela realmente estava disposta a homologar a demarcação feita pelos índios. Mas em fevereiro de 1983 é publicado o Decreto nº 88.118, segundo o qual as propostas para a demarcação de áreas indígenas antes devem ser examinadas também pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf), e "outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes". Este decreto tirou, portanto, da Funai a decisão final sobre a demarcação de uma área indígena e a colocou nas mãos de pessoas alheias à causa indígena, inclusive nas mãos dos inimigos dos índios. E não há dúvida de que, no caso potiguara, os inimigos influenciaram na decisão final.

Em março de 1983 é criado o Grupo de Trabalho Interministerial, mais conhecido como ***O Grupão,*** que discute o caso potiguara nas suas três primeiras reuniões.

Em abril, o novo diretor do DGPI envia ao Grupão o Memorando nº 169, com quatro propostas, que merecem ser transcritas:

> "***Proposta 1:*** representa a comunidade, mas sobre a área incidem títulos, benfeitorias e projetos de colonização do Incra.
>
> ***Proposta 2:*** é uma alternativa que não satisfaz aos índios e abrange terras tituladas, benfeitorias, bem como projetos de colonização.
>
> ***Proposta 3:*** área demarcada em 1867 pelo engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araujo, da Comissão de Medição de Terras, na qual incidem títulos e benfeitorias.
>
> ***Proposta 4:*** é a proposta que menos atende aos interesses da comunidade indígena e mesmo assim abrange títulos e benfeitorias de não-índios."

O Memo expressa sua simpatia pela proposta 3 e acrescenta: "Lamentavelmente, qualquer das propostas que for aprovada, advirão problemas ou com índios ou com não-índios ou com ambos".

A primeira Reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 5 de abril de 1983, foi dedicada exclusivamente à questão potiguara, mas nada de concreto foi decidido. Também na segunda reunião, um mês depois, o único assunto da pauta é a área potiguara. O presidente da Funai informa que: "maiores estudos e levantamentos foram procedidos na região potiguara, o que resultou na escolha, pela Funai, da área que abrange aproximadamente 34.200 hectares... Esclarece ser esta a solução que representa o anseio da comunidade indígena da região, onde a tensão social originada pela indefinição de limites e presença de não-índios está se tornando insustentável...". A proposta não agrada ao representante do Meaf, um tenente do Conselho de Segurança Nacional, que "diz ter dúvidas quanto à aceitação da área aproximada de 34.200 hectares pelo Meaf, acreditando que seria simples se outra composição fosse estudada: todos cederiam um pouco, em face da situação atual, para que se chegasse a um denominador comum. Explica

Acervo ISA

que já considerava a área do Projeto do Rio Tinto fora de cogitação e imaginava que a proposta mais viável para a definição fosse aquela demarcada pelo engenheiro Antônio da Justa, em 1867". No final da reunião, o presidente da Funai resume as três propostas do dia:

> "*1ª* — a proposta que abrange uma área aproximada de 34.200 hectares; *2ª* — a proposta que possibilita estabelecer uma solução intermediária, tendo como limite oeste a estrada BR-101, abrangendo uma área aproximada de 30.900 hectares; *3ª* — a proposta que abrange uma área aproximada de 27.700 hectares e libera a região do Projeto do Rio Tinto", um projeto de colonização do Incra, dentro da área indígena (Ata da Segunda Reunião do GT).

A terceira reunião é realizada uma semana depois, no dia 11 de maio de 1983, e nela o representante do Ministério do Interior apresenta um documento com sua proposta: "...aquela considerada intermediária, com área aproximada de 30.900 hectares, atendendo quase inteiramente à aspiração dos Potiguara. Incluiria totalmente o Projeto Rio Vermelho (de uma subsidiária da Fábrica de Tecidos Rio Tinto — FM) e o Projeto Rio Tinto, restando apenas solucionar os problemas a surgirem com algumas fazendas e a usina (Agicam — FM) que nela incidem. Concluindo diz que, partindo para a imemorialidade quando as terras forem demarcadas, não caberá interdito. Os reclamantes poderão entrar na Justiça com ação judicial contra a União e a Funai mas, somente em casos excepcionalíssimos, poderiam ser indenizados se comprovada a boa fé do ocupante. Explica que sua única preocupação, no caso, são os fazendeiros do Incra, para os quais o Governo deu o título de posse e agora poderá vir a tornar sem efeito. Tudo terá de ser estudado com cuidado".

Em seguida, o presidente da Funai informou que ele já explicou esta proposta a dois caciques potiguara, que a aceitaram, inclusive a exclusão da cidade de Baía da Traição. No entanto, esta proposta de 30.900 hectares "encontraria reação por parte da Igreja, ABA (Associação Brasileira de Antropologia), Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e outras organizações nacionais e internacionais. Acrescenta, entretanto, ser esta solução intermediária a de mais fácil aplicação". A terceira, de 27.700 hectares, seria inviável. Até o representante do Meaf, embora confessadamente favorável à terceira proposta, promete trabalhar para que seja aceita a segunda proposta intermediária (Ata da Terceira Reunião do GT).

Na Ata da quarta Reunião, os Potiguara são apenas mencionados rapidamente nos "Informes". Aparentemente, o caso foi dado por encerrado e o GT passou a tratar de outros grupos indígenas.

Não dispomos de cópias das atas de reuniões posteriores. Os documentos acima foram amplamente transcritos, porque mostram claramente que havia unanimidade, no Grupo de trabalho, sobre a proposta de 30.900 hectares, proposta aceitável — e praticamente aceita — pelos Potiguara.

Acervo ISA

No entanto, algo deve ter acontecido. Alguém, ou algum grupo econômico, ou o Meaf, deve ter pressionado o governo a mudar de idéia, porque em 28 de dezembro de 1983, pelo Decreto nº 89.256, a área potiguara é reduzida de 34.300 para apenas 20.820 hectares. Foram desmembradas da área indígena a cidade de Baía da Traição e praticamente todas as áreas ocupadas pelos invasores citados acima, e inclusive uma área na qual se situam seis aldeias indígenas. O decreto introduziu na Paraíba a reforma agrária ao contrário, porque tirou dos pequenos para dar aos grandes. Imediatamente após, em janeiro de 1984, em poucas semanas, o exército, utilizando sua tecnologia moderna, demarcou a área, mostrando claramente que para se demarcar uma área indígena, o principal é a decisão política, e não os recursos financeiros.

O Governo anulou deste modo de uma vez por todas a demarcação realizada pelos próprios índios, uma demarcação que exigiu quase dois anos de trabalho, muito suor e muito dinheiro. Obstáculos de todo tipo tiveram que ser vencidos e não é exagero classificar esta demarcação de 1981/82 como um ato heróico, um ato de resistência que, coordenado por uns poucos, foi executado por muitos.

Sabendo disto, talvez fique mais fácil compreender a desilusão, a imensa frustração e a posterior apatia dos potiguara quando souberam do decreto que lhes roubava 13.500 hectares e deixou cerca de mil deles separados do resto de seu povo. Impotentes assistiram à demarcação realizada agora por um exército armado. Ao que tudo indica, foi um choque tão grande que simplesmente não conseguiram reagir, nem sabiam como reagir, nem tinham meios para reagir. Como lutar contra um exército? Como impedir uma demarcação? Como invalidar um decreto presidencial? Foram perguntas para as quais os potiguara não tinham e não têm ainda respostas adequadas. E nem podiam ter. São problemas complexos, cuja solução exige amplos conhecimentos jurídicos e políticos.

Logo após a demarcação acabaram também as lideranças. Já em 1975 escrevemos que entre os potiguara somente em épocas de crise ainda podem surgir novas lideranças espontâneas, como em questões de terras. O que durante todo este tempo sustentou os líderes escolhidos pela interferência do Cimi, foi justamente a questão da demarcação das terras, que interessava e mobilizava a todos. E agora esta questão estava resolvida, embora insatisfatoriamente: o governo decretou, a Funai aprovou, o exército demarcou. O que ainda se podia fazer? Aparentemente nada. A luta terminou. Mais uma vez foram vencidos, como outras tantas vezes em sua História. Diante deste sentimento de impotência, desapareceu a base que sustentava os novos líderes. Desapareceu também a união entre as cerca de 25 aldeias, o espírito comunitário que aos poucos estava nascendo, o que também era algo novo. E assim os potiguara, agora com um território de apenas vinte mil hectares, entram numa nova fase de sua história, ao que tudo indica a última.

Acervo ISA

7. O FUTURO DOS POTIGUARA

Enganou-se quem pensava que, depois da demarcação de 1983/84, o problema territorial potiguara estivesse resolvido. Antes pelo contrário: a esta altura, apenas poucos anos depois, calcula-se que cerca de 40 a 70% dos 20.800 hectares restantes já tenham sido ocupados por plantadores de cana-de-açúcar e, o que é pior, agora com a aprovação dos próprios potiguara.

No início dos anos 80, quando a Agicam e os plantadores de cana-de-açúcar ofereciam dinheiro e bens aos "caciques" potiguara, alguns aprenderam que ser cacique, ser líder, poder ser um negócio altamente lucrativo. E assim, vários índios mais espertos e menos escrupulosos, passaram a se apresentar como "líder" ou "cacique" da aldeia X ou Y, e a negociar diretamente com os invasores. Já que uma nova ocupação direta da área recém-demarcada causaria problemas aos plantadores de cana, estes preferiram a ocupação indireta das terras, através do arrendamento. Pelo menos por enquanto, o que interessa é a posse destas terras e a sua utilização para o plantio de cana. Daí por que passaram a adotar as clássicas táticas de "pacificação" de índios, oferecendo aos falsos caciques dinheiro e bens em troca de paz e sossego. Em pouco tempo, milhares de hectares de terras, embora de propriedade coletiva da comunidade indígena, passaram a ser arrendados por estes falsos caciques e plantadores de cana-de-açúcar ou a destilarias de álcool.

Apesar de o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) proibir expressamente o arrendamento de terras indígenas, milhares de hectares foram assim "legalmente" arrendados. A Funai, como sempre, está vendo tudo e nada faz, alegando que pretende dar aos índios a maior liberdade possível. Inclusive, ao que parece, a liberdade para a autodestruição. Num artigo publicado no ***Correio da Paraíba,*** de 5-11-87, um alto funcionário da Funai tranqüiliza os leitores, informando que os números apresentados pelos índios são exagerados e que "apenas" 40% da área foram arrendados, ou seja, algo em torno de 8.000 hectares. E com o maior cinismo acrescenta: "A nova política da Funai é dar mais liberdade ao índio. Os índios não correm nenhum risco. Suas terras são inalienáveis. Quem entrar, perde".

Mas a História nos ensina — e devia ter ensinado também aos potiguara — que terras indígenas são inalienáveis só enquanto não tiverem valor econômico, e que quem entra nunca mais sai. A Agicam, a Companhia Rio Tinto, os fazendeiros, os plantadores de cana e a população de Baía da Traição são prova viva disto, pois em 1984 receberam gratuitamente 13.500 hectares destas terras indígenas "inalienáveis".

Como exemplo bem-sucedido de falso cacique pode ser citado o índio-***R,*** solteiro, residente no Galego que, além de arrendar terras da coletividade a plantadores de cana, também serve de intermediário entre índios e invasores. Hoje possui um trator e implementos agrícolas, uma moto, uma ampla casa de fazenda (em termos locais, uma verdadeira mansão), um bar em Baía da Traição, uma vasta plantação de abacaxi, e tem uma das contas mais

Acervo ISA

movimentadas de um Banco numa cidade próxima. Ninguém faz nada sem o seu conhecimento e consentimento. É ele quem providencia os operários para as atividades canavieiras, sempre quando os plantadores e usineiros precisam deles. Dominando por completo a economia do Galego e das aldeias vizinhas, é o cacique de fato, amado pelos invasores, admirado por alguns poucos potiguara que almejam seguir a mesma carreira empresarial, e odiado por quase todos os outros habitantes, que só o toleram porque (ainda) precisam dele. É o índio capitalista que enriqueceu — e continua enriquecendo — às custas dos seus "irmãos" índios, explorando em benefício próprio as terras da coletividade e a mão-de-obra indígena. Como ele, existem mais alguns outros "índios empresários".

Deve ser evidente que este modelo empresarial não serve para a comunidade potiguara, porque só enriquece alguns poucos, deixando a quase totalidade da população na mais absoluta miséria. A maioria apenas está se transformando em mão-de-obra barata a serviço dos plantadores de cana. A área potiguara já virou um imenso canavial, em que começa a faltar até espaço para as lavouras tradicionais e madeira para a construção de suas casas de taipa. Poucos são os potiguara que ainda podem ser chamados de "índios camponeses". Sempre mais estão abandonando suas atividades agrícolas tradicionais para se engajar na atividade canavieira, como simples trabalhadores assalariados.

Se os operários agrícolas no Brasil tivessem direito a um emprego permanente e um salário digno, um salário que permitisse a uma família viver em condições dignas de um ser humano, a alternativa operária talvez não fosse tão ruim para os potiguara. Mas acontece que nas atividades canavieiras praticamente todos são operários temporários, diaristas, sem direitos, sem garantias e com salários irrisórios.

Apesar disto, como antigamente, quando cortavam madeira para a Companhia Rio Tinto, também agora os salários são maiores do que a renda que eles normalmente obtêm com suas atividades agrícolas e oferecem vantagens a curto prazo, um relativo bem-estar econômico antes desconhecido. Mas a longo prazo será um desastre. Basta que os automóveis no Brasil voltem a utilizar exclusiva ou predominantemente gasolina como combustível, em substituição ao álcool de produção mais cara, ou as atividades canavieiras serem mecanizadas, e quase todos perderão seu emprego, da mesma forma como perderam seus empregos quando da modernização da maquinária da fábrica de tecidos Rio Tinto.

E naturalmente, as terras ocupadas pela cana-de-açúcar, que em breve serão praticamente todas as terras da reserva indígena, nunca mais serão devolvidas. Com certeza os arrendatários não-indígenas e os índios-empresários reclamarão então a propriedade das terras por eles ocupadas. Haverá uma nova demarcação, com nova redução, ou talvez até a extinção total da área indígena. No final, os potiguara ficarão sem trabalho, e sem terras, o que significará a miséria absoluta e o fim como povo indígena.

Acervo ISA

A transformação dos potiguara em índios-operários nas atividades canavieiras, em suas próprias terras, já é um fato, uma realidade atual. O processo ainda não está concluído, mas se nada for feito, isto será apenas uma questão de tempo. O que, então, pode e deve ser feito para acabar com esta situação?

Em primeiro lugar, poderia ser sugerida a alternativa tradicional: voltar à situação anterior a 1975, quando viviam basicamente da agricultura de subsistência, da extração de madeira e da coleta da mangaba.

Temos que considerar, no entanto, que, mesmo se eles quisessem, esta volta ao passado hoje é praticamente impossível. Os canaviais acabaram com as reservas florestais e com as mangabeiras. Restaria, então, apenas a substituição da cana-de-açúcar pela lavoura tradicional de mandioca, milho e feijão. Mas para isto seria necessária a retirada dos plantadores de cana que, como vimos, hoje já ocupam mais da metade da área indígena que ainda restou depois da demarcação de 1983/84. Uma hipótese altamente improvável, já que a continuação da cana-de-açúcar interessa não somente aos plantadores, mas também à destilaria e às usinas da região, e em último caso também ao Governo Estadual que arrecada os impostos. Esta alternativa significará, portanto, uma guerra contra poderosos grupos econômicos e contra o Governo Estadual que até hoje sempre apoiou os invasores das terras indígenas.

Mas há outros problemas. No passado, esta agricultura de subsistência nunca enriqueceu ninguém, por motivos diversos: uso de tecnologia simples; ausência de adubos, fertilizantes e inseticidas; falta de animais de tração ou tração motorizada, impossibilidade de conservação adequada e armazenamento dos produtos; distância dos mercados consumidores; ausência de transportes. Junta-se a isto ainda a impossibilidade de obter financiamentos bancários, já que as terras indígenas são propriedade da União.

Além disto, com a área territorial reduzida a cerca de vinte mil hectares e uma população de cerca de 800 famílias, caberiam a cada família, teoricamente, 25 hectares. Na prática menos, já que nem toda a área é cultivável. E sabe-se que com técnicas agrícolas subdesenvolvidas, sem assistência e sem financiamentos, ninguém consegue cultivar 25 hectares pouco férteis.

A alternativa tradicional, na prática, seria uma opção pela continuação da também tradicional pobreza e marginalidade. Uma alternativa, portanto, que parece não ser a solução mais adequada.

Uma outra alternativa poderia ser chamada de 'comunitária'. Esta exigiria a reorganização política e econômica dos potiguara, visando a devolução das terras invadidas, o bem-estar de todos e a garantia de sua sobrevivência como povo indígena, com a posse coletiva das terras. Uma alternativa difícil, porque a transformação desta aparente utopia numa realidade concreta vai depender não somente dos próprios potiguara, como também de nós, não-índios.

Em primeiro lugar, será necessário que os potiguara se conscientizem urgentemente dos perigos que representam a cana-de-açúcar, os índios-empresários e o trabalho assalariado para a sua sobrevivência como povo indígena. Não basta que só alguns poucos se tornem cientes deste perigo. A conscien-

Acervo ISA

tização terá de alcançar a totalidade do povo potiguara, ou pelo menos a maioria da população.

O próximo passo será a reorganização política. Quando, por volta de 1930, o Serviço de Proteção aos índios passou a tomar conta dos potiguara, ainda existia a liderança tribal, na figura do cacique Manuel Santana dos Santos. Após sua morte, em 1942, o SPI nomeou para sucessor o seu filho Daniel Santana dos Santos, desde então funcionário assalariado do SPI/Funai, e que aos poucos se tornou um instrumento nas mãos dos encarregados do Posto Indígena.

Em 1966 existiam no P.I. sete aldeias com uma população superior a 100 pessoas e dezoito menores, todas elas relativamente distantes uma da outra, o que dificultava as comunicações internas. Também nestas aldeias e povoados não havia mais vestígio de lideranças locais. Existia um extremo individualismo e uma ausência total de uma mentalidade comunitária. A tomada de decisões coletivas, em benefício da comunidade, era uma atividade extremamente penosa, como observei inúmeras vezes em São Francisco. Daí por que em 1975 afirmei que somente em épocas de crise ainda poderiam surgir líderes espontâneos como, por exemplo, no caso de invasão de terras.

Foi o que de fato aconteceu por volta de 1980, quando houve o movimento para a recuperação e demarcação de suas terras. Naquela ocasião, os habitantes da aldeia São Francisco elegeram um novo 'cacique', que passou a coexistir pacificamente com o cacique-da-Funai. Mas quando este cacique-do-povo passou a receber dinheiro de organizações de apoio ao índio, do Sul do país, como também dos invasores das terras indígenas, entre os quais uma destilaria de álcool e vários plantadores de cana-de-açúcar, surgiram conflitos internos e a divisão da comunidade em várias facções hostis, já que prestar contas à comunidade de dinheiro recebido em benefício da coletividade não fazia parte dos padrões culturais potiguara.

Assim os potiguara passaram a ter duas categorias de "caciques": o cacique-Funai, o cacique biônico nomeado pelo órgão de assistência ao índio e só preocupado em não criar problemas com os invasores das terras; o cacique-do-povo, eleito por parte da população, preocupado com a recuperação e demarcação das terras. A estes dois se juntariam depois de 1984 os "caciques-da-cana", os já citados índios-empresários, preocupados com coisa alguma, a não ser em salvar a própria pele, obter o máximo possível de vantagens pessoais e enriquecer a curto prazo.

A reorganização política do povo potiguara exigiria o surgimento de autênticos líderes nas aldeias, a eleição de um novo cacique geral por todos os potiguara (e não apenas pelos habitantes de São Francisco), a aposentadoria compulsória do atual cacique Daniel Santana, o fim dos caciques-da-cana e a criação de uma espécie de "Conselho potiguara", com representantes de todas as aldeias. E tudo isto, para ser autêntico, teria agora de ser feito sem a interferência da Funai, do Cimi, ou de organizações de apoio ao índio.

Acervo ISA

Só então será possível pensar na última etapa: a reorganização econômica. Será necessária a elaboração e execução de um Projeto potiguara, visando principalmente a criação de melhores condições de vida, inclusive solucionando os problemas educacionais, habitacionais, de saúde e outros.

Como na primeira alternativa, também agora haverá oposição por parte dos índios-empresários e seus poucos adeptos, todos interessados na manutenção da atual situação. Mas, mais violenta ainda será a reação dos plantadores de cana e dos proprietários de destilarias e usinas, interessados a curto prazo não apenas na cana-de-açúcar que lhes traz altos lucros, mas a longo prazo também na ocupação definitiva das terras indígenas e a expulsão dos índios das mesmas. Oposição haverá, ainda, por parte da Funai, sempre aliada dos grupos econômicos, e do Governo Estadual, já que a atividade canavieira lhe rende vultosos impostos.

Se o povo potiguara resolver acabar com os canaviais dentro do seu território, isto com certeza significará uma pequena guerra interna, fácil de ser vencida, desde que haja a prévia conscientização coletiva e a reorganização política.

Muito mais difícil e mais demorada será a guerra externa, porque será uma guerra contra poderosos grupos econômicos, que terão como aliados a Funai e o Governo Estadual, que não hesitarão em utilizar a Polícia Militar e o Exército, como já fizeram antes.

Em outras palavras, se os potiguara optarem por esta alternativa, a única capaz de assegurar sua sobrevivência como povo indígena, terão que iniciar uma grande batalha, que com certeza será a sua batalha final. Ou vencerão, ou serão definitivamente derrotados. Acontece, porém, que sozinhos os potiguara nunca serão capazes de vencer esta guerra. Na terceira etapa, a etapa decisiva, precisarão de aliados. Sem eles, também a alternativa comunitária será inviável e só restará a todos nós, índios ou não-índios, esperar o inevitável fim de mais um povo indígena no Brasil.

8. OS ALIADOS

Na sua batalha final, os potiguara precisarão de aliados. A elaboração e execução de um projeto comunitário exigirá a colaboração de juristas, economistas, médicos, enfermeiros, nutricionistas, agrônomos, veterinários, técnicos em cooperativismo, educadores e outros especialistas, inclusive antropólogos, sociólogos, geógrafos e psicólogos dispostos a tornar seus conhecimentos teóricos de utilidade prática para os índios, e historiadores para reescrever a sua História do ponto de vista indígena, inclusive em textos a serem utilizados nas escolas do Posto Indígena.

Deve ser evidente que os potiguara não dispõe de tantos cientistas e especialistas, nem de dinheiro para contratá-los. Estes recursos humanos e financeiros devem, portanto, ser obtidos fora da comunidade.

Acervo ISA

Quais são, então, as instituições onde talvez possam ser encontrados estes recursos humanos e financeiros? Em teoria, são pelo menos cinco: a União das Nações Indígenas, as Entidades de Apoio ao Índio, a Igreja, a Fundação Nacional do Índio, e finalmente, a Universidade.

1. A União das Nações Indígenas. A UNI foi criada em abril de 1980, por quinze estudantes indígenas de Brasília, descontentes com a programação da Funai para a Semana do Índio. Em setembro do mesmo ano foi aprovado o seu Estatuto, no qual constam como finalidades do órgão:

> *a)* representar as Nações Indígenas e Comunidades que dela vierem a participar;
>
> *b)* promover a autonomia cultural e a auto-determinação das Nações e Comunidades e sua colaboração recíproca;
>
> *c)* promover a recuperação e garantir a inviolabilidade e demarcação de suas terras, e o uso exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes;
>
> *d)* assessorar os indígenas e suas Comunidades e Nações no reconhecimento de seus direitos e na elaboração e execução de projetos culturais e de desenvolvimento comunitário.

Um ano depois, num encontro em São Paulo, o estudante de administração Marcos Terena foi eleito seu presidente por representantes das 32 nações indígenas presentes. Mas parece que sua escolha não agradou a todos os líderes, e menos ainda ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Seja como for, já uma semana depois a união virou desunião, quando o ex-presidente provisório Domingos Veríssimo convocou uma outra reunião, na qual foi reeleito presidente da UNI pelos quatorze representantes indígenas presentes. A existência de dois 'presidentes' levou ao bloqueio de uma considerável soma de dinheiro, doada à UNI pela Misereor (Alemanha), e depositada numa conta bancária do Cimi. Em conseqüência disto, Marcos Terena demitiu-se da presidência da UNI em março de 1982, acusando o órgão de estar se transformando 'num organismo burocratizado'.

Desde os desentendimentos de 1981/82, a UNI não é mais a mesma. Vendo que, na prática, uma união a nível nacional ainda era dificílima, resolveram criar UNI-regionais. Por enquanto, só funciona mesmo as Regionais Norte e Sul, esta última dirigida por Ailton Krenak, residente na cidade de São Paulo, por extensão também presidente geral do órgão.

Como qualquer entidade nova, também a UNI enfrenta vários problemas, entre os quais considero mais graves, além da já citada desunião interna:

(1) Falta de divulgação e aceitação a nível nacional, que se explica e justifica, em parte, pela grande extensão territorial e o grande número de nações indígenas, que chega a quase duzentas. Muitas nações ainda devem desconhecer por completo a existência desta União das Nações Indígenas: outras talvez já ouviram falar, mas não sabem o que a entidade faz, como é organizada, e como entrar em contato com ela.

Acervo ISA

(2) Falta de autonomia, com dependência completa de terceiros. Sem apoio financeiro de entidades de apoio não-indígenas, a UNI simplesmente não sobreviveria e não participaria de assembléias e congressos.

(3) Ausência de intelectuais indígenas que apresentam não somente um quadro de referência geral, como também um programa político indígena e estratégias de ação a nível nacional, como, por exemplo, Fausto Reynaga na Bolívia, ou Vine Deloria nos Estados Unidos. Sem subestimar os estudantes que deram origem à UNI e os demais membros do órgão, também eles devem admitir que desconhecem qualquer história de um povo indígena, qualquer manifesto político, qualquer programa de ação mais amplo, qualquer artigo sobre estratégias de ação, qualquer análise da questão indígena escritas pelos próprios índios no Brasil.

(4) Um problema adicional é a existência de índios aproveitadores, que utilizam o Movimento Indígena para obter lucros financeiros, bons empregos ou terras gratuitas. Infelizmente, estes índios existem, no Brasil e em outros países. O antropólogo Goossens observou, em 1983, que na Bolívia está surgindo uma nova elite indígena cujos membros, alegando lutar para o bem-estar da coletividade indígena, passam a receber apoio financeiro de organizações nacionais e internacionais, embora na realidade utilizem este dinheiro para seus próprios interesses. A identidade indígena — até então muitas vezes negada e escondida — é reassumida logo quando passa a significar a possibilidade de lucro financeiro.

Para o índio boliviano Ramiro Reynaga, citado por Goossens, a doença que mais tem enfraquecido o Movimento Indígena Boliviano é mais de caráter moral que intelectual, ideológico ou político. A causa de todos os males estaria na fraqueza dos líderes corrompidos pelas verbas que recebem das organizações de apoio. O mesmo fenômeno foi observado também por Wojciechowski (1984) entre índios dos Estados Unidos, o que leva este antropólogo a falar de ***landclaim indians*** (índios-reivindicadores-de-terras), indivíduos que costumavam negar a sua indianidade mas que agora, quando há possibilidade de as tribos recuperarem suas terras ou de receberem indenizações financeiras por perdas e danos, passam a denominar-se 'índios', para obter a sua parte do bolo. Eles só serão índios enquanto tiverem a possibilidade de obter dinheiro ou terras gratuitas.

Diante do exposto acima, entende-se porque até hoje a UNI não chegou a dar uma contribuição prática a movimentos indígenas locais específicos. Nunca apoiaram, por exemplo, o Movimento potiguara, no início da década de 80, fato criticado por um deles: "Para nós, a UNI não existe. Nas assembléias e congressos, eles sempre estão lá, mas aqui nada. Também, este pessoal mora tudo nas cidades. O Ailton sempre diz que vai voltar para sua reserva, mas nada. Casou até com uma branca e continua morando na cidade...".

A UNI poderia caber um importante papel nas primeiras duas etapas da batalha, ou seja, colaborar na conscientização dos potiguara sobre os perigos

Acervo ISA

da cana-de-açúcar, dos índios empresários e do trabalho assalariado, como também na reorganização política.

Resta saber se a UNI pode, sabe e quer se unir ao Movimento potiguara. Seria esta uma ótima oportunidade para a UNI mostrar se ela existe de fato e se está disposta e apta a apoiar movimentos específicos, ou se não passa de mais um mito indígena.

2. As entidades de apoio. Nas últimas duas décadas surgiram no Brasil várias entidades de apoio ao índio, entre as quais: a Anaí — Associação Nacional de Apoio ao Índio, com regionais na Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná; a Comissão Pró-Índio, com regionais em São Paulo, Acre, Mato Grosso e Sergipe; o Grupo de Apoio ao Índio, com regionais em Mato Grosso do Sul e Pará; o CTI — Centro de Trabalho Indigenista, no Rio de Janeiro e em São Paulo; a CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomami; o Graci — Grupo Recifense de Apoio à Causa Indígena.

Não é finalidade deste ensaio avaliar as realizações das entidades de apoio. Isto seria inclusive impossível, porque não há muitos dados disponíveis. Interessa-nos aqui apenas o que estas entidades já fizeram ou podem fazer pelos potiguara.

Neste caso deve ser mencionado o CTI (Centro de Trabalho Indigenista) que durante a crise no início da década de 80 forneceu aos potiguara assistência jurídica, e depois também ajuda financeira, material e humana na demarcação feita pelos próprios índios em 1981/82. Depois de 1984, no entanto, por motivos diversos o CTI encerrou suas atividades junto aos potiguara.

Que não houve apoio de outras entidades, até que é lógico, porque, de um modo geral, estas entidades foram criadas para uma finalidade específica (p. ex. a CCPY), ou para dar apoio a determinados grupos indígenas. Salvo poucas exceções, sobrevivem graças a uma boa dose de idealismo, mas quase sempre sem recursos. Na maioria das vezes, o apoio não passa de um apoio moral, com denúncias, abaixo-assinados e coisas afins. O que não deixa de ser útil e de qualquer modo melhor do que não fazer nada. Mas mesmo querendo, não estariam em condições de dar qualquer apoio a um eventual Movimento ou Projeto potiguara.

Na Paraíba não existe nenhuma entidade de apoio aos potiguara. Tal entidade, por sinal, só teria sentido se fosse formada por pessoas *(a)* entendidas na problemática geral do índio no Brasil; *(b)* profundas conhecedoras também da problemática específica dos potiguara; *(c)* profissionais dispostos a trabalharem, na prática, para os potiguara; e *(d)* que tivessem possibilidade de obter os recursos financeiros necessários para suas atividades.

Pouco adiantaria, por exemplo, um grupo de apoio formado por estudantes de segundo grau, ou por indivíduos amadores, cheios de idealismo e idéias romanticas sobre o índio, mas sem qualificações profissionais e sem conhecimento da realidade indígena e da política indigenista nacional. Repito: o que os potiguara precisam é o apoio de juristas, economistas, profissionais da área médica, agrônomos e veterinários, psicólogos, historiadores, cientistas

Acervo ISA

sociais, educadores, além de outros que possam dar uma contribuição positiva num futuro Projeto Comunitário potiguara.

Criar tal Associação de Apoio aos Potiguara, com profissionais motivados e competentes, talvez não seja tarefa impossível, mas com certeza difícil.

3. A Igreja católica está presente entre os Potiguara pelo menos desde o início do século XVII. Mas parece que a catequese sistemática data somente do século XVIII. Em 1705 uma Carta Régia ordenava "...cuidar da conversão dos índios, enviando missionários para as suas aldeias". Consta que em 1713 os Carmelitas cuidavam das missões de Mamanguape, da Baía da Traição e da Preguiça (Monte-mór), e que em 1753 ainda estavam nestes locais.

Hoje, ao ser perguntado sobre sua religião, quase todos os Potiguara se dizem católicos, mas a assistência religiosa dada pela Igreja católica é mais do que precária. Para missas, batismos e casamentos são cobradas taxas altíssimas, que devem ser pagas com antecedência. O tratamento recebido em troco é dos piores possíveis. Na realidade não há assistência religiosa; há péssimos e degradantes serviços religiosos pelos quais os Potiguara pagam um preço muito alto.

As Igrejas protestantes têm poucos adeptos. Não beber, não fumar e não dançar, para citar só estas proibições impostas por algumas destas Igrejas, são obstáculos práticos para uma conversão séria.

Da antiga religião e da mitologia indígena quase nada sobrou. O catimbó autêntico só sobreviveu na região sul do litoral paraibano, nos antigos aldeamentos indígenas de Conde e Alhandra. Entre os Potiguara, no norte do Estado, sobreviveu apenas a crença no catimbó, mas as práticas foram, em sua quase totalidade, esquecidas.

No final da década de 70, a Igreja católica, aparentemente preocupada com a concorrência de algumas Igrejas protestantes bastante ativas na região, começou a dar um pouco mais de atenção aos Potiguara. Inicialmente, estabeleceram-se em Baía da Traição algumas freiras, que passaram a dedicar-se à educação dos filhos daqueles que podiam pagar as mensalidades de sua escola. Realizaram, ainda, o milagre da multiplicação de terras, apropriando-se impunemente e sem escrúpulos de um bom lote das terras indígenas, hoje devidamente cercadas, e valendo pequena fortuna. Tudo para suas "obras de caridade", naturalmente.

Mas como estas obras resultam em lucro, não toleraram nenhuma concorrência, nem de freiras de uma outra congregação, que também queriam se fixar na Baía da Traição. Conforme relato feito por uma destas freiras numa reunião do Cimi, para defender seu território, as freirinhas chegaram inclusive a agredir-se fisicamente. No final a segunda congregação foi obrigada a desistir. Enquanto isto, a assistência religiosa aos Potiguara continuou igual ou pior do que antes.

A mesma mentalidade de "no meu território ninguém entra", também foi encontrada logo depois na ex-freira e enfermeira S. e seu companheiro W., que, dependendo das circunstâncias, ora se diziam membros do Cimi,

Acervo ISA

ora da Pastoral da Terra. Em lugar de cuidar da saúde potiguara, passaram a fazer "ação social", "conscientização" e coisas afins, mas para o que não possuíam nenhum preparo especializado. O resultado foi depois a divisão dos Potiguara em duas facções, uma pró e outra anti-Cimi.

Problemas surgiram somente no ano de 1981 quando o governo estadual, para acabar com os conflitos entre índios e plantadores de cana, elaborou às pressas o Projeto Integrado Potiguara, que prometia aos índios 1.001 benefícios (sobre este projeto, veja Moonen 1982).

Vendo seu campo invadido, imediatamente S. e W. começaram a conscientizar os Potiguara das desvantagens deste Projeto, na base de: "é do Governo, temos que ser contra". Não explicavam nada; apenas levantavam dúvidas, sempre citando provérbios "esmola grande, cego desconfia" e a bíblia "vocês conhecerão os falsos profetas pelo que eles fazem". MT. 7,20. Neste caso se tratava de um projeto comunitário do Governo Estadual, que realmente não era para ser aceito na forma como foi apresentado. Mas S. e W. teriam feito a mesma "conscientização" se tivesse sido outro projeto comunitário, elaborado, por exemplo, pela Funai ou pela Universidade Federal da Paraíba.

Concomitantemente, a questão do projeto e a demarcação das terras potiguara passaram a ser tratadas pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), na qual, a pedido, passei a dar assessoria com relação aos Potiguara. Os membros do Cimi sempre foram convidados, mas nunca se dignaram de comparecer.

Para que a conscientização sobre as vantagens e desvantagens do Projeto Integrado atingisse toda a comunidade potiguara, o CDDH propôs reunir dois ou três representantes de cada uma das 20 aldeias, durante um fim de semana, no Centro de Treinamento (ex-seminário) da diocese. A idéia foi rejeitada pelo bispo, por ser "perigosa" demais. Enquanto apenas se discutia a questão, enquanto tudo não passava de palavras, tudo bem. Mas quando chegou a hora de agir, o apoio foi negado pelo mesmo bispo que, num livrinho dirigido aos Potiguara, escreveu: "A Igreja fica do lado do índio. A Igreja está contra os invasores que já roubaram terra de índio e os invasores que querem agora tomar terra de índio. Os que já invadiram devem ser expulsos. Os que querem entrar devem ser afastados. Quem fará isso? O Braço de Deus com a União de Índio!". Só que na hora de lutar, faltou o braço de Deus, e os índios, desunidos por causa da ação do Cimi, tiveram que se virar sozinhos.

No entanto, os padres de uma congregação religiosa colocaram sua casa à disposição para que em cada fim de semana pudessem ser reunidos os representantes de cerca de cinco aldeias de cada vez. O trabalho seria maior e mais demorado, mas era a única solução possível. Infelizmente, os membros do Cimi ficaram sabendo da proposta e boicotaram a realização da primeira reunião, pelo que também as outras foram canceladas. Para S. e W., do Cimi, que nunca entraram em contato com a CDDH ou com os antropólogos

Acervo ISA

e outros cientistas da UFPB, para uma ação em conjunto, os Potiguara são uma espécie de propriedade particular, uma paróquia na qual não se tolera a interferência de terceiros.

No caso potiguara, a Igreja mostrou ser dividida: o bispo falando bonito mas sem ação; vários padres e freiras em João Pessoa interessados numa ação séria junto aos índios mas sem poder agir por causa da mentalidade paroquial do Cimi e das freiras de Baía da Traição. A impressão que fica é que os índios não passam de meras peças no tabuleiro do jogo eclesiástico, para maior glória de Deus e maior riqueza da Santa Igreja.

Analisando historicamente os quase quatro séculos da presença da Igreja Católica em Baía da Traição, só resta concluir que deste lado os Potiguara só podem esperar belas palavras, mas nenhum apoio efetivo. Deus queira que a Igreja paraibana finalmente se conscientize de suas omissões e de seus pecados passados, e passe a dar uma verdadeira assistência espiritual e material aos índios, não mais isoladamente, mas em conjunto com outras pessoas e instituições interessadas no bem-estar potiguara. Não sou pessimista o bastante para negar que isto seja possível. Afinal de contas: milagres existem. Ou não?

4. A Fundação Nacional do Índio. A Funai foi criada pela Lei nº 5.371, de 1967, que lhe atribuiu "os poderes de representação e assistência jurídica inerente ao regime tutelar do índio".

Acontece, porém, que desde o início, a Funai tem sido um péssimo tutor dos índios, sempre mais disposta a defender os brancos contra os índios do que o contrário. Não é sem motivo que também tem sido chamada uma Fundação Anti-Índio (para maiores esclarecimentos, veja Moonen 1983, caps. 7 e 8).

Há várias explicações para o fracasso da Funai, que vão desde a falta de recursos financeiros e humanos até a falta de poder. Quanto aos recursos financeiros, a Funai não costuma divulgar dados, mas sabe-se que a quase totalidade dos recursos é utilizado para os salários de suas centenas de funcionários não-indígenas. Funcionários, portanto, existem, até em excesso. Mas faltam recursos humanos capacitados, profissionais competentes, pessoas especializadas na assistência ao índio, e principalmente pessoas interessadas na causa indígena. Ainda hoje, como já na época do antigo Serviço de Proteção aos Índios, boa parte dos funcionários foi escolhida por motivos políticos, de parentesco ou de amizade.

O pior problema, no entanto, talvez seja a ausência de poder. A Funai está subordinada ao Ministério do Interior, e como tal tem que obedecer às diretrizes do mesmo, que quase sempre são contrários aos interesses indígenas. Hoje, por exemplo, a Funai nem sequer tem mais o poder decisório na questão da demarcação de terras indígenas, como já vimos no caso potiguara. Na realidade, a palavra final cabe a outros órgãos federais, inclusive ao SNI.

Acervo ISA

Depois da desastrada demarcação de 1983/84, a Funai teria hoje entre os Potiguara pelo menos duas atribuições: conservar o território demarcado livre de invasores (ou seja: evitar novas invasões de terras e expulsar os invasores ainda existentes), e cuidar da assistência (jurídica, médica, econômica etc.) ao índio.

Já vimos que a assistência da Funai na questão territorial tem sido um fracasso permanente. Não somente foi incapaz de evitar o roubo de 13.500 hectares da área indígena, mas, pior ainda, continua estimulando a invasão dos 20.800 hectares da área indígena demarcada em 1983/84. Olhando friamente os dados disponíveis, pode-se afirmar que a Funai foi a principal responsável pela invasão do território pela Agicam e a legião de plantadores de cana-de-açúcar, fato que, em última análise, foi a verdadeira razão para a diminuição da área indígena. Tivesse a Funai agido em tempo, tivesse na época evitado e não estimulado estas invasões, a situação hoje seria bem diferente. Em todo este tempo, nenhum invasor de terras potiguara foi punido, e menos ainda expulso. Em momento algum o Estatuto do índio foi aplicado. Com estes antecedentes, não é de estranhar que o número de invasores continua aumentando.

Quanto à assistência geral aos Potiguara, escrevi em 1975: "O que vimos deve ter deixado claro o abondono em que vivem os Potiguara. Na realidade, pelo menos desde 1969, a atividade da Funai tem se limitado a promessas, promessas e mais promessas. Os Potiguara já saturaram de tantas promessas e não acreditam mais na Funai. (...) Longa e cansativa seria a lista das coisas que a Funai deveria ter feito, mas não fez.

No campo da saúde urge uma pesquisa sobre as principais doenças no Posto Indígena, análise das causas e efeitos, dos métodos preventivos; equipamento total dos postos médicos (inclusive com a compra dos remédios apropriados), educação médico-sanitária, melhoria das condições higiênicas, vacinações, etc.

No campo da agricultura: análise do solo, mecanização agrícola, uso de adubos e inseticidas, melhoria e incremento dos produtos tradicionais, introdução de produtos novos, hortas e roças experimentais, comercialização, plantio de fruteiras novas, instalação de pequena indústria para o aproveitamento total da produção frutífera, criação de gado, recursos florestais, crédito agrícola, etc.

No campo da educação: análise das deficiências do atual ensino no posto indígena e elaboração de um programa novo; ampliação de escolas já existentes ou construção de escolas novas para a sempre crescente população potiguara, previsão das necessidades educacionais no futuro próximo, contratação de docentes qualificados, aquisição de material didático, distribuição permanente da merenda escolar, elaboração de textos didáticos apropriados, educação de adultos, etc."

Não se pode negar que hoje, 14 anos depois, algumas coisas melhoraram: algumas aldeias, por exemplo, têm hoje luz elétrica e água encanada. Na

Acervo ISA

aldeia São Francisco está sendo construída uma escola nova (mas em compensação o posto médico está em ruínas). O filho do cacique Daniel estuda na Universidade, provando que os filhos da elite potiguara têm acesso ao ensino de terceiro grau. Mas de um modo geral, a situação continua a mesma ou até pior do que antes. Os Potiguara continuam pobres, doentes, subnutridos, analfabetos. Nunca houve por parte da Funai qualquer interesse em elaborar e executar um projeto de desenvolvimento comunitário. De fato, houve o malfadado Projeto Integrado Potiguara, do Governo Estadual, mas que em grande parte beneficiaria mais os não-índios e a Funai do que os próprios Potiguara.

Que os Projetos Econômicos em áreas indígenas beneficiam, em primeiro lugar, a Funai, não é novidade. Em praticamente todos os postos indígenas, a Funai tenta explorar as terras em proveito próprio. Até é de estranhar que a Funai não tenha iniciado, ela própria, a exploração da cana-de-açúcar nas terras potiguara, utilizando os índios como mão de obra barata, como tem feito em outras regiões do Brasil: extração de madeira no Sul e na Amazônia, criação de gado na ilha do Bananal, plantio de trigo e soja no Sul, extração de castanha no Pará, para citar só estes exemplos.

No Posto Indígena Potiguara, a Funai não tem explorado pessoalmente as terras indígenas, mas permitiu que invasores não-indígenas o fizessem. E o resultado final foi, em 1983, a diminuição da área de 34.300 para 20.800 hectares.

Talvez não seja mais possível recuperar os 13.500 hectares perdidos. Mas ainda está em tempo de salvar pelo menos os 20.800 hectares que restam da área indígena e de proporcionar aos potiguara uma vida melhor.

Antigamente o Posto Indígena Potiguara estava subordinado à 3ª Delegacia Regional da Funai, no Recife. No Posto trabalhava um solitário "encarregado", assistido por alguns funcionários indígenas. Após a descentralização da Funai, em 1986, a situação mudou. O Posto Indígena está agora subordinado à Administração Regional, com sede em João Pessoa, que por sua vez está subordinada à 3ª Superintendência da Funai no Recife. A Administração Regional, na qual trabalham mais de 20 funcionários não-indígenas, conta com um advogado, um agrônomo, duas assistentes sociais, duas enfermeiras, um médico e uma programadora educacional. A Funai dispõe, portanto, de alguns profissionais necessários para dar apoio a um eventual Projeto Potiguara, embora não de todos.

Lembramos, no entanto, que qualquer Projeto Comunitário, deve ser um projeto para os Potiguara, e elaborado pelos Potiguara, com assessoria de terceiros, seja da Funai, seja de outras instituições. Para a Funai/Administração de João Pessoa, um Projeto Comunitário Potiguara seria uma boa oportunidade para mostrar, aos índios e ao povo da Paraíba, se está ou não ao lado dos índios, se está ou não apta para dar assistência aos índios. Será uma oportunidade, principalmente, para compensar um pouco suas omissões e erros do passado. Caso contrário, provará ser um órgão não somente incapaz,

Acervo ISA

inútil e supérfluo, mas também uma ameaça para a sobrevivência dos índios Potiguara.

5. A Universidade Federal da Paraíba. No discurso de sua posse como presidente da Funai, o general Ismarth de Araújo Oliveira afirmou: "Estamos no momento de congregar esforços e de desarmar os espíritos. Todos aqueles sinceramente interessados no problema devem dar-se as mãos e tentar, com uma parcela de seu esforço, cooperar para que o objetivo final seja atingido. E a Funai estará de braços abertos para aceitar essa cooperação, já que o problema, pelos aspectos que envolve, não é exclusivamente da responsabilidade da Funai".

Quem, como eu, acreditou nestas palavras, se deu mal. Em 1976, duas vezes o reitor da Universidade Federal da Paraíba ofereceu a sua cooperação, mas duas vezes não recebeu nenhuma resposta. A Funai de então não parecia estar disposta para transferir parte de sua responsabilidade para outros órgãos federais, melhor equipados pelo menos quanto aos recursos humanos capacitados.

Mas não fui o único frustrado. Colegas de outras universidades chegaram inclusive a elaborar Projetos Comunitários, como, por exemplo, em Santa Catarina o Projeto Xokleng, sob coordenação do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, e no Paraná o Projeto Kaingang, de Cecília Vieira Helm. Ambos os projetos terminaram arquivados. O mesmo destino tiveram os Projetos de Desenvolvimento Comunitário elaborados por antropólogos ligados à Funai.

Que a Universidade Federal da Paraíba até hoje não deu nenhuma contribuição para a causa potiguara, não se deve, portanto, a uma eventual apatia de seu corpo docente. Simplesmente nunca lhe foi permitido trabalhar junto aos Potiguara. Uma pequena exceção foi o convênio celebrado em 1979 entre a UFPB e a Funai para a demarcação da área indígena. Poucas semanas depois, os funcionários da UFPB voltaram para casa, sem terem concluído seu trabalho, por causa de conflitos tanto com os invasores quanto com os próprios índios. Para uma futura contribuição da UFPB à causa potiguara, vejo principalmente dois problemas.

Não resta dúvida que a UFPB dispõe de recursos humanos qualificados. Mas acontece que nos últimos dez a quinze anos muitos docentes universitários foram acometidos pela "preguicitus academicus", uma doença cujos sintomas são uma alergia a sala de aula (o ideal é não dar aula nenhuma ou, se isto não for possível, aceitar no máximo uma ou duas turmas) e uma enorme habilidade de fazer projetos de pesquisas fantasmas (ou seja, pesquisas intermináveis que nunca resultam em publicações ou outros resultados concretos). Trata-se de uma espécie de Aids acadêmica, que se alastra sempre mais e contra a qual ainda não se inventou nenhuma vacina ou antídoto. É provável que os professores acometidos por este vírus também não queiram se engajar em atividades de extensão que exigirão muitos sacrifícios, muito suor, muito

Acervo ISA

dinheiro (inclusive do próprio bolso) e pelas quais não devem esperar nenhuma gratidão.

A "preguicitus academicus" teve sua origem justamente no segundo problema: a crescente falta de recursos financeiros e, conseqüentemente, de condições de trabalho. Por causa da escassez de recursos para realizar pesquisas, equipar seus laboratórios, publicar seus trabalhos, participar de congressos científicos e sem adequadas instalações de trabalho, ou seja, com a crescente dificuldade ou até impossibilidade de realizar atividades científicas, muitos foram forçados a uma vida ociosa, um ócio que depois virou hábito e praticamente se institucionalizou.

A constante e sempre crescente falta de recursos financeiros, será, portanto, talvez um problema sério para um trabalho junto aos Potiguara. Basta lembrar que em novembro de 1988 organizou-se uma mesa-redonda sobre a questão potiguara, da qual participariam cerca de dez índios. O encontro não se realizou simplesmente porque a UFPB não tinha combustível para o ônibus que devia buscar e levar de volta os índios, nem dinheiro para sua alimentação. Mesmo assim, cada novo reitor, cada novo diretor de Centro, sempre proclama que a Universidade deve estar a serviço da "comunidade".

Porém, mesmo supondo, com muito otimismo, que seja possível mobilizar profissionais de várias áreas para colaborarem num Projeto Comunitário Potiguara, e admitindo que os problemas financeiros possam ser resolvidos, ainda há um outro obstáculo a ser vencido, a saber a Fundação Nacional do Índio. Nenhum Projeto Comunitário terá êxito se não contar com a colaboração, por mínima que seja, da Funai. Em primeiro lugar, porque no início do Projeto surgirão inúmeros casos jurídicos a serem resolvidos, porque a área terá que ficar totalmente livre de invasores não-indígenas. Segundo, porque a Funai tem poderes para obstruir qualquer tentativa de Projeto Comunitário que não conta com a sua aprovação. Se, por acaso, a Funai ficar do lado dos invasores, ela tem condições de impedir a entrada na área indígena de quaisquer pessoas ligadas ao Projeto, ou de pessoas que queiram trabalhar em benefício dos Potiguara. Já fez isto no passado, e não hesitará de fazê-lo no futuro. O apoio da Funai é imprescindível, porque não é provável que a UFPB queira entrar em choque com outro órgão federal, que é a Funai.

A Universidade Federal da Paraíba, até hoje nunca deu uma contribuição positiva para a solução dos problemas potiguara. Nunca errou, porque nunca fez nada. E pelos motivos acima expostos, uma futura colaboração da UFPB é no mínimo uma grande incógnita.

9. PALAVRAS FINAIS

Espero ter deixado claro que a atual situação dos Potiguara é extremamente grave. Hoje, as ameaças ao seu futuro não são mais apenas externas, como também internas.

Acervo ISA

Durante anos lutaram para que fosse demarcado o seu território. Mas quando a demarcação finalmente se tornou realidade, foi para reduzir sua área em 13.500 hectares. E mesmo assim, de nada adiantou. Hoje, a maior parte dos 20.800 hectares restantes já está invadida por plantadores de cana-de-açúcar. O decreto da demarcação de 1983 não puniu nenhum dos invasores. Antes pelo contrário, foi uma premiação para todos, e deste modo um estímulo para novas invasões.

A situação hoje é ainda mais dramática. Antigamente, os invasores eram todos não-índios, pessoas de fora. Para lutar contra estes invasores existem leis. Pode-se argumentar que a Funai, tutora oficial dos índios, nunca aplicou estas leis na prática. O problema, neste caso, é a omissão da Funai, e não a inexistência de leis protetoras.

Atualmente, porém, a exploração das terras e da mão-de-obra indígenas é feita também por alguns poucos índios. E não existem ainda leis contra o que se poderia chamar de "invasores indígenas", contra pessoas da própria comunidade que, convertidos em capitalistas selvagens, passam a explorar os recursos territoriais e humanos indígenas em proveito próprio, causando com isto a miséria de todos os outros.

Pelo menos por enquanto, porque estes capitalistas indígenas amadores não sabem ainda que na realidade estão cavando também a própria sepultura. Para os capitalistas profissionais, os fazendeiros, os plantadores de cana, os usineiros, eles são apenas instrumentos úteis a curto prazo, que serão descartados logo quando conseguirem apoderar-se definitivamente das terras potiguara. O que será apenas uma questão de tempo, se nada for feito para impedi-lo.

Mas o que deve e pode ser feito? Conforme expliquei nas semanas anteriores, em primeiro lugar os Potiguara terão que conscientizar-se da gravidade do problema. Logo depois, será necessária a sua reorganização política.

Só então pode-se pensar num projeto visando a melhoria das condições de vida. A elaboração e execução deste "Projeto Potiguara" exigirá aliados externos, porque os índios não dispõem dos recursos humanos e financeiros necessários.

Encontrar estes aliados não será impossível, mas, como vimos, com certeza será difícil. Pessoas sensibilizadas com o drama potiguara haverá em abundância. Afinal de contas, ter pena dos outros não custa nada. Também não faltarão discursos bonitos, que também não custam nada.

Bem menor será o número de pessoas dispostas e aptas a trabalhar, na prática, para melhorar o destino dos índios. Mas com certeza será possível encontrá-las, na Paraíba, em outros Estados ou talvez até no exterior.

Se a fé remove até montanhas, deve ser possível que ela remova também invasores indígenas e não-indígenas das terras potiguara. E uma vez removidos estes obstáculos, poderá ter início uma nova fase na História Potiguara, na qual haverá terras, prosperidade e liberdade para todos.

Acervo ISA

BIBLIOGRAFIA SOBRE OS POTIGUARA

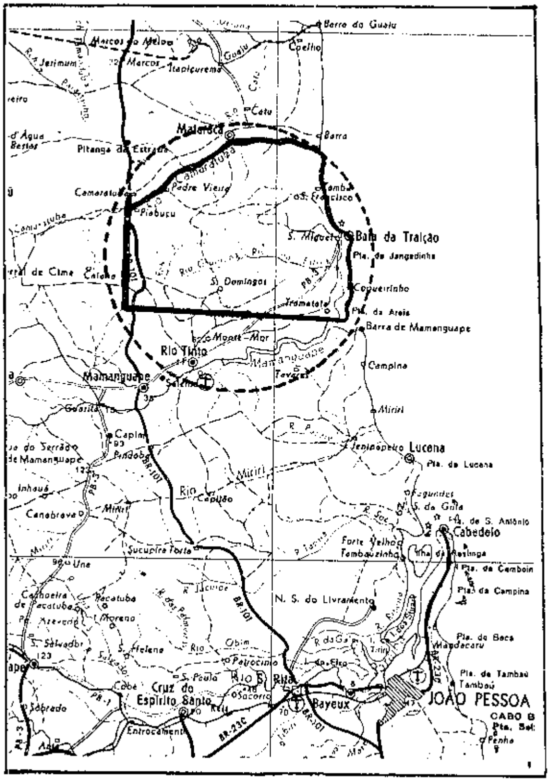
Amorim, P.M. DE,

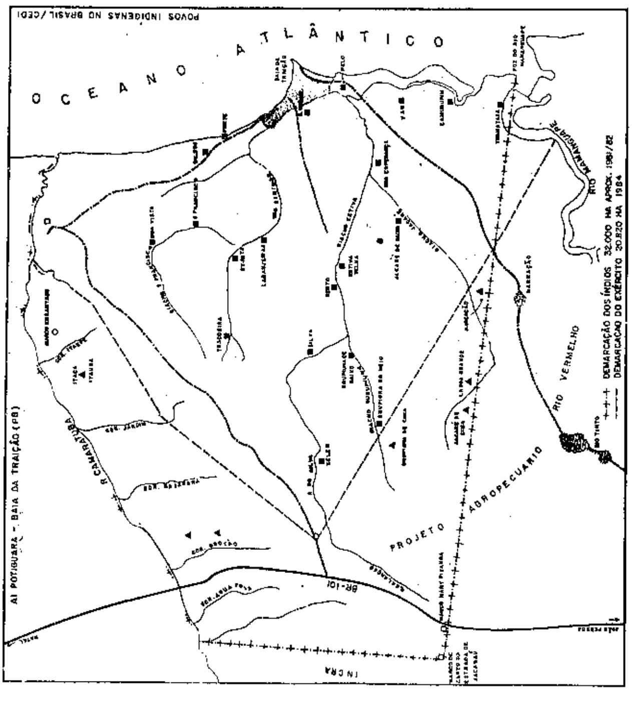
1970/71 — "Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição", ***Revista do Museu Paulista,*** N.S., Vol. XIX, pp. 7-98

Moonen, F.,

1973 — "Os Potiguara: índios integrados ou deprivados?", ***Revista de Ciências Sociais,*** vol. 4, n. 2, pp. 131-154
1976 — "De Potiguara: indianen in een niemandsland?", ***Wizabulletin,*** ano 7, n.3, pp. 22-25
1976 — "Os Potiguara da Paraíba: 1975", ***Revista Horizonte,*** n.2, pp. 157-172; n.3, pp. 47-62
1979 — "O Renascimento da Nação Potiguara", Jornal ***A União,*** 22 e 23 de agosto de 1979
1982 — Os Índios Potiguara da Paraíba, ***Boletim do Nuppo*** n.1, João Pessoa, Editora Universitária, 70 pp.
1985 — "Os Potiguara da Paraíba: história de um povo traído" Jornal ***O Norte,*** Cadernos Comemorativos do IV Centenário da Paraíba, 5-8-1985, Caderno 3, pp. 2-3
1986 — "Manifesto Potiguara", ***Cadernos Paraibanos de Antropologia*** n.2, pp. 69-82
1986 — "História da Conquista do Território Potiguara: 1500 a 1985", ***Cadernos Paraibanos de Antropologia*** nº 2, pp. 83-101
1987 — "Os Potiguara da Paraíba: história de um povo traído" In: Vários Autores, ***Capítulos de História da Paraíba,*** Campina Grande, Governo do Estado, pp. 78-84
1988 — "Réquiem para os Potiguara", ***Horizonte,*** Vol. 2, n.1, pp. 6-14

Acervo ISA


Barra do Guaju
Marcos do Melo
Coelho
R. A. Jerimum
Marcos
Itapicurema
Guaju
Caió
Baía da Traição
Mataraca
Barra
Pitanga da Estrada
Camaratuba
Padre Vieira
S. Francisco
Camaratuba
Piabuçu
S. Miguel
Pta. de Jangadinha
Rio Grande
S. Domingos
Coqueirinho
Tramataia
Pta. da Areia
Barra de Mamanguape
Monte-Mor
Rio Tinto
Mamanguape
Campina
Mamanguape
Tavares
Miriri
Capim
Jenipapeiro
Lucena
Pta. de Lucena
Pindobal
BR-101
Miriri
Rio Capitão
Inhauá
Canabrava
N. S. da Guia
Pta. de S. Antônio
Cabedelo
Forte Velho
Tambauzinho
Ilha da Restinga
Sucupira Forte
Une
Pta. de Camboinha
Pta. da Campina
Cachoeira de Pacatuba
Pacatuba
Morena
N. S. do Livramento
Pta. do Bessa
Manaíra
S. Salvador
S. Helena
Obim
Patrocínio
Pta. de Tambaú
Tambaú
S. Paulo
Cruz do Espírito Santo
S. Rita
Bayeux
JOÃO PESSOA
CABO B
Pta. Sel.
Penha
Sobrado
Socorro
Entroncamento
BR-230


POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/CEDI
OCEANO ATLÂNTICO
AI POTIGUARA - BAÍA DA TRAIÇÃO (PB)
DEMARCAÇÃO DOS ÍNDIOS 32.000 HA APROX. 1981/82
DEMARCAÇÃO DO EXÉRCITO 30.820 HA 1984
RIO MAMANGUAPE
RIO VERMELHO
R. CAMARATUBA
PROJETO AGROPECUÁRIO
BR-101
INCRA